



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE DEZEMBRO
DE DOIS MIL E TREZE.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Espero que tenham passado todos um bom Natal e que continuem com tudo de melhor nesta época festiva.

Vamos dar início aos trabalhos e como de costume vamos proceder à chamada.”

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. André Duarte Pereira, e o Sr. Eng.º Rafael Sousa Costa, que apresentaram justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), n.º1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Cristina Fernandes Oliveira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre as três atas que temos para aprovar há alguns reparos?”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Tendo em conta que esta é a minha primeira intervenção na Assembleia Municipal, gostaria de felicitar a Mesa, na pessoa do Sr. António Lopes, desejando que conduza os trabalhos de forma justa, como até há data tem feito. Também saudar o Sr. Presidente da Câmara eleito como toda a sua equipa de Vereação. Felicitar ainda todos os Presidentes de Junta eleitos e os membros desta Assembleia.

Em relação à ata do dia dezoito de outubro de dois mil e treze, que é o que me traz aqui, existe uma gralha, uma vez que nós temos cinco votos contra e, efetivamente, não foram votos contra, mas sim, cinco abstenções.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Penso que não é um assunto de grande gravidade. Eu, entretanto, vou providenciar essa correção.

Se estivessem de acordo, e se mais não houver, eu punha à votação as atas com o compromisso de, como não poderá deixar de ser, fazer esta correção que o Sr. Deputado Nuno Caetano aqui veio sugerir. Foi uma falha dos serviços e, de facto, não me apercebi. Também já não tinha presente se foi de uma forma ou de outra.”

Efetuada a votação, as atas das Sessões da Assembleia Municipal de seis de setembro de dois mil e treze, dezoito de outubro de dois mil e treze, e Sessão Extraordinária de vinte e nove de novembro de dois mil e treze foram aprovadas por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Eleição, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de janeiro, do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a composição da Assembleia Distrital de Coimbra.

III - Aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas.

IV - Aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento de Serviços de Abastecimento Público de Água.

V - Apreciação e discussão do projeto de Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2014/2017 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2014, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do n.º 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que acompanham a proposta de orçamento.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de darmos início ao Período de Antes da Ordem do Dia, queria agradecer a solidariedade que todos manifestaram com o falecimento da minha mãe.

Também queria agradecer, publicamente e perante a Assembleia, o trabalho desenvolvido pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves na elaboração da Proposta do Regimento da Assembleia Municipal que vos foi enviada. É um trabalho que graciosamente ele elaborou dentro das funções que tem. Como sabem o Dr. Gonçalves tem formação jurídica, Sem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prejuízo de depois aqui se falar no ponto próprio, mas não queria deixar de fazer este agradecimento ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pelo empenho e dedicação na elaboração da Proposta do Regimento da Assembleia Municipal.

Queria também dizer-lhes que, como é do vosso conhecimento, eu fui eleito como independente nas listas do Partido Socialista, situação que a partir deste momento deixo de estar vinculado.

Para vosso conhecimento a partir deste momento estou aqui como independente, como de facto sou, desvinculado de qualquer solidariedade com o PS que eu entendia que deveria ter.

Naturalmente, nestas ocasiões costuma-se ter outro tipo de atitude, mas, eu entendi tomar esta. Portanto, queria informar a Assembleia por me parecer também de justiça.”

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. António dos Santos Lopes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como acabei de anunciar, tomei a atitude que tomei. Não desconheço que, por uma questão de ética, devia também ter posto o lugar à disposição e ter retirado as devidas consequências.

Eu, não sou daqueles que têm um discurso para vender e outro discurso para utilizar. Não obstante, eu apresentei-me ao eleitorado integrado nas listas do Partido Socialista mas sempre afirmei a minha forma de estar na vida. Para que não leiam nas notícias, ou para quem esteve presente, lembrar-se-á que no dia em que foram apresentadas todas as listas na Casa da Cultura, no dia trinta e um, eu disse, e mantenho, que me anima toda a forma de política onde não se está para se servir. É a minha forma de estar.

Toda a gente também sabe que nas três vezes em que tomei posse, e fiz aqui juramento de fidelidade ou de lealdade no exercício das funções, sempre disse que a bandeira do Concelho estava à frente de qualquer bandeira partidária. Também aqui já cumpri, e é a segunda vez que abandono os projetos políticos em que fui eleito. A partir do momento em que a prática não condiz com a minha consciência, naturalmente que eu tomo as devidas ilações. O Partido de sempre do meu coração, e que eu nunca o escondi, e no passado dia vinte e seis de abril disse-o aqui claramente, que não negava nem no bico da espada nem na boca da pistola. Eu, não sou pessoa de enganar ninguém e de ter um discurso para as eleições e um discurso depois delas.

Dizia eu que, a minha postura foi sempre o Concelho à frente e quando o meu partido, aqui nesta sala, me desautorizou, e havia uma pessoa que manifestamente não estava consentânea com aquilo que devem ser as regras e a ética, eu não tive nenhum pejo em tirar as devidas ilações.

É público que neste momento temos um discurso em que dizemos que primeiro estão as pessoas, que estamos aqui para servir, eu, pessoalmente até reclamo que andei descalço e a guardar ovelhas e é bem verdade, se reclamo que andei a ler à luz da candeia e estranhamente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando se chega aqui, nós filhos do povo genuíno, às vezes com o conforto da cadeira, parece que nos esquecemos do berço que nos deu origem. Não é o meu caso. Sempre me mantive fiel, e vou ver se me mantenho até ao fim dos meus dias, com os valores e princípios que sempre defendo: Estar, de facto, sempre com aqueles que mais necessitam. Outra não será nunca a minha postura.

Infelizmente assiste-se ultimamente a questões que não estão de acordo com o que acabo aqui de dizer e, naturalmente, penso eu, que ninguém estava à espera que o António Lopes, agora Presidente da Assembleia Municipal, tivesse uma atitude diferente ou divergente daquilo que sempre defendeu. Eu não tenho nenhuns, nunca pedi e nem está, nem estará, nenhum familiar empregado nos serviços da Câmara. A meu pedido não estará. Faço questão de não usufruir dos trinta e quatro euros que em média aqui recebo mensalmente. Toda a gente sabe que eu me desloco na minha viatura. Tenho muito respeito pelo dinheiro e pelo erário público.

Ter um emprego não é um favor é um direito. Mas é um direito que tem de ser para os vinte mil oitocentos e quarenta Oliveirenses e não primordialmente para aqueles que em cada momento estão no poder. E se esta foi a minha postura, e se me opus aos favorecimentos, fossem eles de que tipo fossem, no passado, atualmente outra não pode ser a minha postura. Esse foi um dos motivos porque tomei a decisão que tomei.

Um outro motivo prende-se com o jornal que foi publicado ultimamente e que eu lhe chamei “a caras” e que nada tem a ver com o Boletim Municipal. Estamos num tempo de austeridade e não estamos num tempo de propaganda. Não estamos num tempo de culto da personalidade.

Não me revendo eu nestas situações tentei que elas fossem corrigidas. Não tendo obtido êxito, naturalmente, não me restava outra atitude que é aquela que eu tomei.

Cá estarei naquela cadeira mais alta ou deste lado, conforme for entendido, para fazer o que tenho que fazer: Para lutar e pugnar por este Concelho. Já aqui estive sozinho pela CDU e se estiver agora sozinho, independente e genuíno, não há nenhum problema. Portanto, isso fica ao critério e à vontade dos Senhores Deputados.

Diz o artigo quarenta e seis, número dois, da Lei 5-A/2002, que o Presidente da Assembleia ou os Membros da Mesa podem ser demitidos a qualquer momento.

Como eu não estou agarrado ao poder, para mim o poder é só uma alavanca para servir, estarei cá bem em qualquer lado e honrarei o compromisso que me foi dado pelos eleitores independentemente do sítio em que estiver. Muito obrigado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é a minha primeira intervenção na Assembleia Municipal e gostaria de fazer aqui uma intervenção em nome da verdade dos factos e da coerência.

Em relação ao projeto Camping-Car Serra da Estrela - Oeste que tanta polémica tem causado sem haver essa necessidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fui eleito pela Freguesia de Nogueira do Cravo, fui eleito pelo povo, e estou cá para a defender e não vou abdicar disso. Virei aqui sempre que seja necessário.

Tenho aqui o Programa Eleitoral do PSD para a Freguesia de Nogueira do Cravo que diz o seguinte: Requalificação do Parque Merendeiro do Senhor das Almas incluindo Zona de Caravanismo e criação de Posto de Turismo com venda de produtos da nossa região.

Como Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo tenho que dizer que temos ali, entre Coimbra e até à Guarda, o melhor Parque Merendeiro.

Devo dizer que os eleitos na Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo pelo PSD acolheram com agrado a realização deste projeto na nossa Freguesia. Faz parte do Programa Eleitoral do PS e faz parte do Programa Eleitoral do PSD para a Freguesia de Nogueira do Cravo.

Deixo aqui uma nota e queria sublinhar o facto da Câmara Municipal se ter empenhado neste projeto. Nós, no PS, gostamos de cumprir o nosso Programa Eleitoral e foi para isso que fomos eleitos. Foi esse Programa Eleitoral que foi votado pelo povo com uma maioria expressa nas eleições e é isso que eu gostava que fosse cumprido.

Penso que seja legítimo, e gostava que a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, a Irmandade do Senhor das Almas e a Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo dessem alguma contribuição para o projeto. Gostava que isso fosse feito, até porque podemos dar contributos que possam ser úteis para melhorar o projeto.

Muito obrigado pela vossa atenção.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Todos temos conhecimento do mau tempo que passou aqui pelo nosso Concelho causando alguns problemas em algumas.

Eu deixava aqui uma questão ao Senhor Presidente da Câmara: O que é que foi feito para minorar esses problemas?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Há relativamente pouco tempo na estrada que liga Meruge a Oliveira do Hospital aconteceu um trágico acidente, a chegar a Lagos da Beira.

Quando foi da reconstrução dessa estrada, nós, Junta de Freguesia, como chamada de atenção para aquele local onde ocorreu o acidente que era um local que ia ficar ali muito perigoso. Ficou perigoso porque na altura o empreiteiro não respeitou aquilo que estava no projeto e essas coisas mais tarde vêm-se a refletir. Pena é que nesse acidente tenha ficado uma pessoa carbonizada. Neste momento é preciso, o mal está feito, mas temos que tentar fazer alguma coisa, ou seja, temos que colocar naquele local railles de proteção ou setas fluorescentes a indicar que ali existe uma curva perigosa porque agora como se cortou o pinhal dá a ideia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que aquilo é uma reta, quando há pouca visibilidade. Tem que se fazer alguma coisa para minorar os acidentes naquela zona.

Também gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, porque há pessoas que estão interessadas e estão sempre a perguntar. Para quando a construção das estações elevatórias elétricas de apoio à agricultura?

Também o outro projeto que foi aprovado da limpeza das margens do rio Cobral, embora esta altura não seja a ideal para fazer esse tipo de trabalhos dado que o rio leva mais água, mas queria saber para quando é que está previsto?

O Senhor Presidente da Câmara também pediu aos Presidentes de Junta para informarem quais os BIP's que não eram necessários. Em Meruge temos uma zona para a qual temos pedido o prolongamento da extensão elétrica, na zona de São Bartolomeu. Na altura colocaram lá os BIP's e eu queria comunicar ao Senhor Presidente da Câmara que podem deixar uma casa que está lá, os outros quatro podem-nos retirar, colocando um na quinta de São Bartolomeu, que é de um emigrante, que está lá quase há um ano, e outro podia ir para a Travessa do Medronheiro em Nogueirinha visto que é uma zona onde há pouca luz."

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

"Tendo em conta que esta é a minha primeira intervenção neste mandato, quero felicitar e desejar os maiores sucessos a todos os eleitos, e que consigam realizar com êxito tudo aquilo a que se propuseram.

Três breves notas relativas a algumas notícias que vieram a público e com as quais nos congratulamos: Queremos felicitar as duas IPSS do Concelho com respostas na área da deficiência. A ARCIAL pela assinatura de protocolos de colaboração para a valência de Lar/Residencial e a Santa Casa da Misericórdia de Galizes pelo reforço de acordos para o seu Centro de Atividades Ocupacionais o chamado CAO. É um claro reconhecimento da importância desta problemática por parte da tutela.

Registrar, com agrado, a iniciativa realizada pela Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, pela IPSS local e pelo Município com a recuperação de uma casa que irá funcionar, segundo percebemos, como habitação social. Consideramos que esta iniciativa é uma boa prática que deve ser replicada noutras freguesias do nosso concelho dado ser uma das necessidades identificadas no diagnóstico ao nível da Rede Social.

Enquanto parceira da Rede Social quero expressar uma palavra de agradecimento à generosidade dos Oliveirenses pela sua colaboração na iniciativa da Pirâmide Solidária, que permitiu a reposição de alguns bens alimentares no Banco de Recursos Sociais, que como todos sabem se destina a apoiar utentes e famílias do nosso Concelho que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Quero agora falar-vos de uma situação que tem a ver com a falta de acesso direto de ambulâncias ao Centro de saúde, nomeadamente ao Serviço de Atendimento Permanente: Como é do conhecimento geral as ambulâncias têm que ir virar na rotunda do Pastor e depois



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer inversão de marcha. Sabemos que há situações de urgência em que todos os segundos contam e que este contratempo pode fazer toda a diferença entre a vida e a morte de um doente em estado grave.

Senhor Presidente, proponho que seja estudada uma alternativa por parte dos técnicos competentes do Município, equacionando a possibilidade de haver um acesso direto para estas viaturas de acordo, evidentemente, com o que for possível.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, felicitar o Eng.º Carlos Maia que foi eleito Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista. Votos de bom trabalho porque muito trabalho pelo que estamos a ver hoje já vai ter.

Quanto ao tema quente, fui apanhado um bocadinho de surpresa, mas não querendo dizer mais nada, digo só o seguinte: Já que ninguém fazia oposição municipal parece que começaram a fazer oposição uns aos outros. É a única coisa que me apraz dizer. Agora vamos esperar para ver o que é que o Partido Socialista diz, e ver qual é a posição do Partido Socialista sobre este tema que marcará, certamente, a agenda desta Assembleia Municipal e é pena porque teríamos muitas coisas importantes para discutir. É pena que seja nesta Assembleia Municipal, mas ficaremos a aguardar o que é que o Partido Socialista terá a dizer sobre esta matéria. Este tema tão relevante e tão quente que marcará, certamente, a agenda política Oliveirense nos próximos dias.

Regressando ao que interessa, e o que interessa são os assuntos que preocupam os Oliveirenses e que nos preocupam a nós. E a nós preocupa-nos a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão, como todos sabemos, tem sido alvo de um ataque sem misericórdia. Tem sido alvo de uma perseguição que procura o seu encerramento. Vamos ser sinceros, e neste processo temos que louvar, temos que bem dizer e temos que referenciar o papel de todos os Partidos Políticos em Oliveira do Hospital, não seria sério se não o fizesse. Em particular o papel que o Senhor Presidente da Câmara tem desempenhado porque tem sido um papel, na minha opinião, brilhante, capaz, competente, sério, honesto, e que visa e tem visado, sem partidarismos bacocos, de uma forma eficaz a defesa da Escola. Eu tenho sido testemunha disso. Em alguns processos ele também poderá testemunhar aqui que tenho ajudado nisso mesmo e, portanto, mais do que o interesse do Partido Político e mais do que o interesse por Oliveira, todos os partidos políticos, sem exceção, e todos os responsáveis partidários em Oliveira do Hospital, e há aí pessoas com funções públicas na área do executivo Municipal que têm estado bem.

Quem me parece que não tem estado bem, e não podia deixar de o dizer aqui, acho que é este o sítio, o local e o momento, é o Presidente da ESTGOH.

O Presidente da ESTGOH tem tido um silêncio ensurdecador. Tem calado. E quem cala consente. Não se lhe conhece uma palavra em defesa da Escola, não se lhe conhece um momento público em defesa da Escola, não se lhe conhece uma posição em defesa da Escola



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contra este ataque ignóbil e medíocre que tem sido feito à Escola. E assim sendo, eu acho que nós enquanto responsáveis políticos e partidários em Oliveira do Hospital teremos que tomar uma posição quanto a isso.

Eu queria deixar aqui uma Moção à Mesa para que fosse votada, que passo a ler e que merecerá ou não o apoio de todos.

“Considerando que:

1 – A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH) é de importância vital e estratégia para o desenvolvimento económico, social e cultural da nossa região;

2- A ESTGOH tem sido objeto de ataques e estratégias que estão a conduzir ao seu definhamento e estrangulamento;

3 – O papel que tem sido desempenhado por todos os Grupos Políticos, bem como pelo Senhor Presidente do Município, em defesa da ESTGOH, têm sido de louvar e de referenciar;

4 – O Presidente da ESTGOH tem mantido um silêncio, neste processo a todos os níveis, inexplicável, incompreensível e intolerável. Não se lhe conhece uma palavra, em nenhum fórum, em defesa da Escola, da sua viabilidade, crescimento e afirmação;

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida no dia 28 de dezembro de 2013, delibera:

1 – Manifestar o seu repúdio pela atitude displicente do Presidente da ESTGOH;

2 – Exigir ao Presidente da ESTGOH uma atitude empenhada, visível e dedicada em defesa da Escola;

3 – Enviar esta Moção ao Presidente a ESTGOH.“

Não querendo dizer mais, e acho que toda a gente perceberá, o primeiro interessado na defesa da ESTGOH somos nós. São os Oliveirenses. Acho que nós os Oliveirenses merecíamos outro papel e outro tipo de atitude do Presidente da ESTGOH.

Muito Obrigado.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Concordo plenamente. Todos os partidos estão em defesa da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Devemos fazer tudo para que a Escola se mantenha em Oliveira do Hospital. Na verdade, seria muito mau para Oliveira do Hospital que a Escola não se mantenha.

Já não podemos concordar quanto aos métodos que têm sido utilizados. Aprendi na vida que quando queremos alguma coisa não podemos hostilizar as pessoas. Nós estamos de acordo em tudo o que disse menos quanto ao método que o Sr. Presidente da Câmara tem utilizado, que é o dele, e o qual respeitamos, mas não podemos concordar quanto ao método



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tem utilizado como defesa da Escola Superior de Tecnologia, porque na verdade, e depois vamos ver mais adiante, que tem afastado muitos parceiros que poderiam, como é lógico, ajudar Oliveira do Hospital.

Quanto a esta Moção, nós só não concordamos com ela porque não concordamos com os métodos que estão a ser utilizados.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a este tema, que não é a primeira vez que aqui é trazido, eu apenas queria solidarizar-me com o Dr. Luis Lagos e até reforçar o conteúdo com o seguinte: Penso que desde sempre, ou nestes últimos tempos, a Escola nunca foi defendida pelos Presidentes. Infelizmente outras pessoas que têm determinadas responsabilidades, e que pertencem a Oliveira do Hospital, e que estão dentro da ESTGOH, também não têm sido solidárias

Vou subscrever a Moção. Penso que deveria levar outra forma. Independentemente da forma que cada um atua, ou não, penso que este assunto não deveria ser individualizado mas tratado de forma coletiva.

Também acho que não se devem colocar os interesses partidários acima dos interesses de Oliveira do Hospital.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Espero que o espírito da época continue durante o ano de dois mil e catorze.

Eu concordo com tudo o que foi dito pelo proponente da proposta, menos com o destinatário da proposta.

De facto, transformarmos o principal culpado da situação da ESTGOH no Presidente da Escola penso que não faz sentido absolutamente nenhum. Nesse aspeto, não poderei votar a favor esta proposta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes da votação, para haver alguma consciência, gostaria de dar aqui alguns esclarecimentos sobre este processo.

Este é um dos processos mais relevantes para o Concelho de Oliveira do Hospital, um dos mais importantes do mandato. Este processo teve vários capítulos e várias discussões. Tenho que reconhecer ao Dr. Luís Lagos e ao Dr. Luís Correia legitimidade para o que estão a afirmar, por causa da estratégia tida pelo Presidente do Município.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital tem sido defendida pelo Partido Socialista e tem sido defendida pelo CDS. É bom que se diga.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sempre que precisei de fazer alguns contactos superiores, recorri a algumas pessoas amigas de Oliveira do Hospital, e reconheço que são amigas do Concelho.

Dr. Luís Correia, se não fosse a nossa postura determinada, hoje em Oliveira do Hospital já não havia Escola. Se fôssemos lá de mansinho, hoje já não havia Escola.

Quem segurou a Escola de Oliveira do Hospital foi este trabalho entre o Presidente do Município, uma parte a própria Escola, o Dr. Luís Lagos e a Dra. Maria José Falcão de Brito, que foram pessoas que me abriram algumas portas porque na política é assim.

A minha consciência não me pesa. Mesmo assim não foi suficiente. Conseguimos adiar esse ataque mas não foi suficiente e mesmo assim conseguiram roubar-nos mais um curso.

A intenção do IPC é fechar esta Escola. E não nos podemos iludir.

O que eu queria dizer ao Dr. Luís Lagos é que este Sr. Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital é um homem que tem alguma experiência e tentou fazer o caminho que é defendido pelo PSD.

Eu tenho feito várias reuniões com o Sr. Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão e percebo que ele está muito preocupado. Vejo-o muitas vezes angustiado, sobretudo quando há os Conselhos de Gestão e os Conselhos Gerais.

Eu e o meu Secretário fizemos um périplo por todas as Escolas e fomos falar com todos os Presidentes dessas Escolas e percebemos, disseram-nos declaradamente, um deles disse-nos que na opinião dele a Escola de Oliveira não deveria existir. Entretanto recolhemos reforços noutras Escolas e por isso é que a Escola existe. Agora faço uma pergunta clara: Até quando é que ela existe?

Na minha opinião o problema não está no Diretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital o problema também reside em alguns professores que enfraqueceram a posição com alguns pedidos de transferência. Para alguns professores convinha-lhes que alguns cursos de Oliveira do Hospital fossem transferidos para outras Escolas de Coimbra onde tinham residência. E de algumas pessoas não esperava-mos que o tivessem feito. Este dossier é muito complexo. Há fases de luta política, e luta muito dura, e por isso é que a Escola ainda existe, e há outras fases que são de negociação.

Estou de acordo com o Dr. Luís Correia só numa coisa: Não podemos fechar todos os mecanismos de negociação. Não podemos ter uma posição irreduzível para a Escola.

Eu e o Sr. Presidente do IPC, neste momento temos um relacionamento normal. Houve uma fase difícil entre nós e depois quando foi preciso sentámo-nos à mesa outra vez para discutir.

Este é um protesto muito difícil. Na minha opinião isto não vai lá com bons modos. Isto só vai pela força e pela capacidade política. Temos que ser capazes de arranjar parceiros no Governo. Espero que o Conselho Diretivo da CIM, onde eu me integro, que peça reuniões



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para tratar deste assunto porque é um parceiro com muita força. A própria Comunidade Intermunicipal tem que reconhecer que esta Escola é muito importante para este Território

Existem estudos e proposta para trazer cursos alternativos para esta Escola. Na segunda-feira estive numa reunião na Universidade de Coimbra onde se falaram e discutiram estratégias para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Este é um trabalho conjunto e não sei se não precisaremos de vir para a rua. Se for necessário teremos que vir para a rua em defesa da nossa Escola. É fundamental termos consciência disso. Até agora temos lutado mas não tem sido suficiente. Isto prende-se com coisas que não estão muito visíveis nomeadamente com a entrada de algumas pessoas que não são a favor da Escola. Neste processo há quem cometa erros e ultimamente em Oliveira do Hospital houve quem cometesse um grande erro, que eu hoje não o quero discutir aqui, mas que estou a tentar consertar. Por isso, acho que todos nos devemos unir nesta defesa da Escola.

A Moção proposta pelo Dr. Luís Lagos tem sentido, mas propunha que não se virasse só para o Presidente mas que se virasse para a Escola toda e para os professores que lá estão.

O Sr. Presidente da Escola lançou a sua estratégia, e na minha opinião, é a estratégia de negociação de um homem educado, que não tem tido resultados. Teve melhores resultados a estratégia de confronto do José Carlos Alexandrino.

Este é um dos processos mais dolorosos que tenho tido na minha carreira política.

A Comunidade Intermunicipal tem que reconhecer a importância da Escola e tem que ser ela a liderar o próprio processo da defesa da Escola a nível da Secretaria de Estado do Ensino Superior.

Estamos a trabalhar para termos uma escola diferenciadora. O que se passou com o Curso de Administração e Marketing foi a maior vergonha que se fez a Oliveira do Hospital. Era um curso que não tinha paralelo. O curso de Administração e Marketing não existia em mais nenhuma Escola. Senti-me roubado e não posso ficar em silêncio. Ainda temos Escola devido ao confronto que temos sido capazes de fazer.

Admito a mobilização popular em defesa da Escola porque a Escola não é do Partido Socialista, não é do CDS, não é do PSD.

A Escola pertence a um Território e a uma Região. A Escola Superior de Tecnologia e Gestão e não é só de Oliveira do Hospital.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que de bom grado aceito a sugestão do Sr. Presidente.

Mas, não posso deixar de referenciar que temos tido a Associação de Estudantes da ESTGOH empenhada na defesa da Escola. Temos tido os Partidos Políticos empenhados, todos sem exceção, e aqui todos têm pontos a favor e todos têm pontos contra. Isto é uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defesa nossa contra o Terreiro do Paço. Do interior contra o litoral. Acaba por ser um bocadinho isso.

Nestes instrumentos de colocação e de distribuição de Escolas Superiores pelo País não se deviam ter em atenção só um conjunto de interesses mas, sobretudo, um conjunto de preocupações de distribuição territorial que potenciassem todo o território e não é isso que tem sido feito. O litoral tem mais poder e mais influência e acaba por arrastar este tipo de escolas para lá.

Agora, eu não posso deixar de vincar, e sei que pode ser uma estratégia, e pode ser a estratégia do silêncio do Sr. Presidente da ESTGOH, porque não tem sido outra, não temos uma palavra em defesa da Escola.

Aceito a sugestão do Sr. Presidente da Câmara para que se inclua a atitude e também o papel de todos os outros professores em defesa da Escola porque também é relevante. Mas, o Sr. Presidente da Escola deveria, na minha opinião, desempenhar um papel em defesa da Escola de primeira relevância, e isso eu não posso deixar de ter na Moção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Espero que as festas natalícias tenham decorrido bem para toda a gente. Desejo também a todos vós um bom ano.

Quanto a esta questão da ESTGOH devo dizer que este assunto já fez correr muita tinta. Já custou muitos esforços a muito boa gente.

É um processo complicado, como o Sr. presidente da Câmara disse, mas, obviamente e seguramente, não vamos baixar os braços com este processo de tentativa de esvaziamento que tem sido feito com a ESTGOH.

Há estratégias que devem ser tomadas e devem ser seguidas. Em alguns momentos a estratégia foi uma e agora, possivelmente, a estratégia será outra.

Estarmos de certa forma a crucificar o Presidente da ESTGOH, num processo em que ele está há muito pouco tempo à frente dos destinos da ESTGOH, e estarmos já, no meu entender, a tomarmos uma posição destas na Assembleia Municipal, contra o Presidente da ESTGOH. Sinceramente, devo dizer que não me apraz muito tomar essa atitude. Razão pela qual não vou votar, obviamente, a favor. Irei abster-me, não irei votar contra.

Penso que as coisas, a cada momento, devem ser feitas com conta, peso e medida e neste momento não será a melhor forma de defendermos a ESTGOH.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como este assunto é de extrema relevância para o Concelho queria realçar que no passado recente tem havido uma unanimidade acerca deste assunto que gostaria muito que se mantivesse.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Naturalmente, e como já aqui foi dito, o Sr. Presidente da ESTGOH está à frente da Escola há relativamente pouco tempo.

O Sr. Presidente da Câmara acaba de dizer que tem havido um diálogo institucional com o Município no sentido de concertar as situações.

Se calhar, é um bocadinho cedo. De qualquer forma, a mim não me compete isso, compete-me dirigir os trabalhos.

Vamos pôr a Moção à votação uma vez que está encerrada a discussão.”

Depois de efetuadas as alterações proposta, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, procedeu à leitura da Moção:

“*Moção*

Considerando que:

1 – A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH) é de importância vital e estratégia para o desenvolvimento económico, social e cultural da nossa região;

2- A ESTGOH tem sido objeto de ataques e estratégias que estão a conduzir ao seu definhamento e estrangulamento;

3 – O papel que tem sido desempenhado por todos os Grupos Políticos, bem como pelo Senhor Presidente do Município, em defesa da ESTGOH, têm sido de louvar e de referenciar;

4 – O Presidente da ESTGOH tem mantido um silêncio, neste processo a todos os níveis, inexplicável, incompreensível e intolerável. Não se lhe conhece uma palavra, em nenhum fórum, em defesa da Escola, da sua viabilidade, crescimento e afirmação;

5 – Os Professores da ESTGOH devem ter um papel ativo e empenhado em defesa da Escola, nomeadamente, mediante atitudes pró-ativas em defesa da Escola;

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida no dia 28 de dezembro de 2013, delibera:

1 – Manifestar o seu repúdio pela atitude displicente do Presidente da ESTGOH;

2 – Exigir ao Presidente da ESTGOH uma atitude empenhada, visível e dedicada em defesa da Escola;

3 – Enviar esta Moção ao Presidente a ESTGOH;

4 – Dar a conhecer a todos os Professores da ESTGOH a presente Moção.“

Efetuada a votação, a Moção foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e com quinze votos contra.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Estamos aqui no final de dois mil e treze, na última Assembleia Municipal do ano, e também devemos fazer algum balanço do que se passou nos últimos quatro anos.

A vitória do Partido Socialista em vinte e nove de setembro prova que a governação da Câmara nos quatro anos anteriores foi excelente. A grande maioria que lhe foi dada prova isso claramente.

É nítido que se vive melhor em Oliveira do Hospital, contrariamente ao que se vive no País.

É nítido que aqui há desenvolvimento e que as coisas estão melhores. Há eventos, o povo gosta e está satisfeito. Uma prova cabal disto é que a Sra. Vereadora Cristina Oliveira quer vir para Oliveira do Hospital porque esteve ausente anos e anos e nunca pensou nem nunca quis ser de Oliveira do Hospital mas agora a prova cabal é que vive-se bem e que gosta daqui. Naturalmente que é de louvar e sinceramente gosto de a cá ver.

Eu não estou cá. Trabalho em Lisboa. Fui para Coimbra com quinze anos mas vim cá sempre., À Sra. Vereadora nunca a cá vi, mas agora é de louvar tê-la cá.

Sr. Presidente, os meus agradecimentos a si, à sua equipa e ao Concelho porque realmente Oliveira do Hospital está bem e vai continuar a estar.

Em relação ao Sr. António Lopes, foi uma surpresa, mas digo-lhe, meu caro amigo de sempre e para sempre, tenho a certeza absoluta que a isenção e o rigor que pôs nesta Assembleia, tudo o que tem feito nesta Assembleia e todo o debate que aqui se tem instalado, a maneira como tem conduzido esta Assembleia, vai continuar.

Tenho a certeza que vai continuar com enfoque no desenvolvimento do Concelho e do futuro que pretendemos para o Concelho.

Quero perguntar ao Sr. Presidente qual é o ponto de situação relativamente à EN17 e ao IC6.

Na questão do Apoio Social quero referir que é de louvar o grande esforço que o Executivo e a Câmara Municipal têm feito no Apoio Social em Oliveira do Hospital.

Também dar os parabéns pelo reconhecimento de excelência que é este Concelho. Reconhecimento que não é só nosso mas que também é externo.

Apesar de todas as adversidades que temos tido e que vamos continuar a ter, os sinais são nesse sentido, desejar que todos tenham tido umas boas festas com a família e com aqueles que vos são mais queridos. Eu assim o fiz.

Já agora, partilho uma situação familiar convosco. Tenho uma filha que emigrou e neste momento está a trabalhar em Inglaterra e esteve cá neste Natal. Por isso foi possível reunir a família. É uma das situações de vida deste País que vos transmitia aqui.

Quero desejar a todos um excelente ano e que tudo vos corra pelo melhor e que realizem todos os vossos sonhos e as vossas ambições.

Muito obrigado a todos.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero agradecer ao Sr. Eng.º Carlos Inácio o elogio.

Cumprir bem as minhas funções, não é um favor, é um dever. Não será a atitude que tomei que me desviará desse rumo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Os Senhores Vereadores estão sujeitos a que o Sr. Presidente do Município entenda como relevante, ou não, a prestação deles na Assembleia.

Não me parece que houvesse aqui alguma ofensa à honra da Vereadora Cristina Oliveira por parte do Eng.º Carlos Inácio. Se houvesse estaria aqui eu para a defender porque é Vereadora da minha equipa.

Mas, numa primeira aparição e dentro da nossa cultura democrática dou a palavra à Dra. Cristina Oliveira se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal permitir.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora Cristina Fernandes Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Cumprimento todos os presentes e todos os eleitos a quem desejo todos os sucessos neste mandato.

De facto, não tencionava tomar a palavra mas uma vez que o meu nome foi referido, e agradeço gentilmente a oportunidade que me dão para fazer esta intervenção, sublinhar também a preocupação do Sr. Presidente relativamente a esta questão. Quero apenas dizer ao Sr. Deputado que não se preocupe pelo facto de eu não ser daqui e de não estar cá.

Não estou e não estive porque infelizmente o meu Concelho não me deu oportunidade para poder ficar aqui.

Vejo que também a sua filha não teve essa oportunidade. O que significa que afinal de contas o Concelho ainda não criou oportunidades suficientes para que os filhos da terra possam cá ficar. Isso, de facto, eu lamento profundamente.

Sr. Deputado, julgo que este órgão tem como principal missão discutir os problemas do Concelho, e não, a questão da Sra. Vereadora do PSD ter tido, infelizmente, a necessidade de sair desta terra aos quinze anos porque não tinha as oportunidades. Infelizmente essas oportunidades também não foram criadas daí que o meu regresso tenha sido nestas circunstâncias.

Mas, eu não deixo de ser do Concelho. A minha família materna é toda deste Concelho.

É bom que todos os jovens desta terra tenham oportunidade de regressar, quer em funções políticas, quer noutras funções ou noutras missões, quer por razões profissionais. É sempre de louvar.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu bem sei que alguns não nos queriam cá! Mas olhem, eu vim! E vim para ficar!
Muito obrigada.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui duas questões: Como foi noticiado recentemente, vai haver o reforço de verbas para a ADIBER em cerca de um vírgula sete milhões de euros. Será mais dinheiro para este organismo que engloba os Municípios da Beira Serra. Será mais dinheiro que virá para investimentos na nossa região. Obviamente que teremos aqui alguma possibilidade, atendendo a que o Sr. Presidente da Câmara faz parte e tem assento na Direção da ADIBER, espero que isso possa contribuir para que Oliveira do Hospital possa beneficiar desse aumento e reforço de verbas, assim como, e essa sim bem mais importante, o assento que o Sr. Presidente da Câmara tem na Comunidade Intermunicipal de Coimbra, sendo o seu Vice-Presidente. Obviamente que é um organismo de extrema importância porque vai lidar com a gestão do pacote financeiro dos próximos Fundos Comunitários de dois mil e catorze a dois mil e vinte.

Quanto à intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António Lopes, devo dizer que estranho a decisão que ele tomou.

Digo sinceramente que não estava à espera dela.

Há coisas que sinceramente me fazem confusão. E o que me faz confusão é ter andado a ouvir durante quatro anos nesta Assembleia, como os parlamentares que estiveram aqui também ouviram, como também se ouviu lá fora, na rua, tantos elogios da parte do Presidente da Assembleia Municipal ao desempenho deste Executivo Municipal.

A qualidade do desempenho do Presidente da Câmara e do seu Executivo foi posto à votação dos Oliveirenses em setembro passado. Obviamente que o Concelho reagiu como reagiu e votou como votou.

O Sr. António Lopes. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tinha razão quando elogiou o bom desempenho do Presidente da Câmara e do seu Executivo. Esse bom desempenho acabou por ser reconhecido pela grande maioria do eleitorado de Oliveira do Hospital. Por isso é que eu estranho esta atitude e esta decisão.

O que é que terá mudado em cerca de três meses?

Isto é uma pergunta que fica no ar, obviamente. O Sr. Presidente da Assembleia lá terá as suas razões. Nós quando queremos arranjar razões sejam elas acerca do que forem arranjamolas sempre. Acabamos sempre por as arranjar.

Em fim, as razões são o que são. Cada um tem as que tem. Válidas ou não mas não deixam de ser razões.

O Sr. Presidente da Assembleia terá as suas razões, obviamente, e irá, com certeza, retirar as devidas ilações da atitude que tomou.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Deputado Carlos Artur pediu-me isenção e eu vou ver se a mantenho enquanto estiver aqui sentado.

Naturalmente que não deixarei de dar a resposta a estas questões na forma que encontrar mais adequada.

Tem estado um temporal nestes dias e hoje está um dia de sol. Está a ver Sr. Carlos Artur, as coisas mudam assim muito rapidamente.

E, por certo, o Senhor saberá tão bem quanto eu das motivações mas não vamos discutir isso aqui porque não vale a pena.

Estamos em época natalícia. Já expliquei o porquê das minhas atitudes e não quero estar agora aqui a fazer um cavalo de batalha em abono das minhas razões que, naturalmente, não terão sido só aquelas que foram enunciadas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Temos tido nestes últimos tempos muitos visitantes a Oliveira do Hospital e a toda esta região, motivados por várias razões, tais como, as Aldeias do Xisto, neste momento, por exemplo, há muita neve na Serra da Estrela, e isso também traz muita gente a toda esta região, e os eventos que esta Câmara Municipal tem proporcionado, deu a conhecer mais Oliveira do Hospital. Portanto é natural que mais pessoas venham para esta região e nomeadamente para Oliveira do Hospital.

Tenho ouvido que não há neste momento uma unidade hoteleira aberta em Oliveira do Hospital. Aquilo que é conhecido é que o Hotel São Paulo fechou por motivo de obras.

Sabemos que a Câmara Municipal não tem nenhum Hotel mas gostaria que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse sobre esta situação.

Relativamente ao Sr. António Lopes, certamente que ele terá os seus motivos e eu não me vou pronunciar sobre isso neste momento.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu creio que esta intervenção que vou fazer é talvez a que me custa mais nestes quase vinte anos que estou aqui, até pela posição que ocupei na lista e pela posição que ocupo neste momento na Assembleia Municipal e até pelo pedido que fiz hoje ao Sr. António Lopes antes desta sessão começar.

Mas, depois de ter lido o que li no diário digital dos diários desta cidade e de ouvir o que o Sr. António Lopes disse acho que tenho o dever de lhe pedir, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que reflita bem, ainda que seja pela última vez, nas consequências da sua atitude de tornar público um diferendo que devia ser reservado ao interior do Partido Socialista.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Venho instá-lo a não prosseguir num processo destrutivo que não dá proveito a ninguém, nem à Assembleia Municipal, nem à Câmara Municipal, nem ao PS que o acolheu e nem sequer aos eleitores que votaram em si e muito menos a si próprio que só pode sair diminuído deste processo.

Lembre-se dos milhares de quilómetros que fez para estar aqui. Lembre-se das amizades que também fez e que está em risco de desbaratar por razões que dificilmente convencerão quem quer que seja.

Conheço mais do que gostava essas razões e conheço muito bem a argumentação subjacente às mesmas e já lhe disse frontalmente e na presença de meia dúzia de testemunhas o que penso sobre elas. E a esse propósito, em princípio, não tornarei pública a minha opinião, muito menos nesta Assembleia, e, como já se apercebeu nem se quer no seio do Partido, que o Senhor se diz servir, o fiz.

Pela última vez lhe peço, Sr. António Lopes, que faça o mesmo e que não traga à praça pública questões que eventualmente terá contra alguém. Se quer faze-lo faça-o no local próprio e não aqui.

Responda com elevação e dignidade às suas inquietações interiores e não com vinganças que a todos prejudicarão, inclusive a si, Sr. António Lopes.

Pare com essa intenção de querer mudar os outros e que os outros se adaptem aos seus valores por muito respeitáveis que sejam.

Não exija aos outros que sejam diferentes do que são.

No caso concreto, a Câmara é um órgão executivo com competências próprias mas não está subordinada à Assembleia.

A Assembleia acompanha e fiscaliza a atividade da Câmara e a Mesa verifica a conformidade legal das propostas e nem é uma questão de confiança política.

O Senhor não concorda com algumas das decisões da Câmara mas haverá quem concorde.

Respeite essas opiniões e retire daí as devidas ilações mas, por favor, Sr. António Lopes, não entre em vinganças.

A vingança é uma espécie de justiça selvagem que consome muitos recursos para a eficácia que tem e a eficácia desse método vai diminuí-lo, vai apoucá-lo essencialmente a si.

O Senhor disse no dia dezoito de outubro entre outras coisas na nossa tomada de posse *“tudo faremos para ser dignos merecedores da confiança dos eleitores, se não, o Concelho não nos perdoará se defraudarmos as suas expectativas”*.

É a altura de cumprir estas promessas que as tomou ainda não há três meses. A opção agora é sua. Veja em que direção quer ir.

Como sabe o sentido da vida só tem uma de duas direções: Ou nos elevamos ou nos inclinamos. Ou opta pela vingança e envenena o corpo e a alma desta Assembleia e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eventualmente da sociedade Oliveirense, ou sai com elevação porque como costuma dizer o Prof. Francisco Garcia, “*estamos sempre a tempo de praticar o bem*”.

Por respeito e pela consideração que o Senhor sabe que eu lhe tenho atrevo-me a deixar-lhe uma sugestão. E a sugestão é esta, e é minha e só minha: Se acha que está destruída a relação de confiança pessoal ou política, como aliás me parece estar, entre si e alguns de nós, procure uma solução no silêncio das quatro paredes com a ajuda de alguns amigos nossos e comuns.

Mas, se acha que não pode continuar por violar a sua consciência, saia com dignidade e ainda a tempo de alguns de nós guardarmos a imagem do homem que fez democracia nesta Assembleia.

Se pelo contrário quer continuar a discussão política, como me parece ser o caso, com todo o respeito lhe digo, passe aí para a bancada dos membros da Assembleia e serei eu próprio a defender o seu direito a manifestar as suas opiniões e não permita que seja empurrado a isso com prejuízo da sua imagem pública cujo labéu lhe ficará sempre colado ao corpo.

Mas, também lhe digo, da mesma forma que terá o direito a expressar as suas opiniões espere de mim um combate político que tenho o dever de fazer e como sabe que fiz anteriormente perante outros protagonistas se atacar para além do que deve o Partido que o elegeu, a Câmara ou esta Assembleia.

Se o ressentimento é no plano pessoal faça o favor de tirar daí as ilações mas sem mais exposição pública e não envolva mais nisto esta Assembleia, nem a Mesa, nem o Partido que o elegeu.

Deixo-lhe estas sugestões e estes pedidos por três ou quatro razões fundamentais que por fim vou sintetizar:

Por respeito que deve ao Partido Socialista que o acolheu e que confiou em si e pelo qual foi a votos e que não lhe merece esta infidelidade e sabe bem que esta palavra tem um outro sinónimo;

Por respeito que lhe devem merecer os órgãos autárquicos, Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, legitimamente eleitos;

Por respeito pelos eleitores e população do Concelho que confiaram em si e lhe deram milhares de votos e até por respeito pela simbologia lapidariamente inscrita no frontispício que tem atrás de si, que o Senhor conhece muito bem, e que jurou respeitar;

Por último, por respeito por si próprio como Presidente da Assembleia Municipal, como benemérito e como homem até agora empenhado na verdadeira democracia nesta Assembleia.

Por tudo isto, Sr. António Lopes, só lhe peço o seguinte: Cumpra o seu dever vencendo o ressentimento com a força da razão.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não vou alongar-me muito sobre isto.

Os valores porque de facto jurei no dia dezoito de outubro é que me levaram a tomar a posição que tomei.

Sou um homem de princípios que são conhecidos. Nunca me desviei desse rumo e não tenciono mudar.

Como disse, foi eleito para representar vinte mil oitocentos e quarenta e um Oliveirenses e hei de ver ou pelo menos tentarei não defraudar nenhum.

Já assim foi antes e por certo irá ser assim agora. Como eu disse a lei tem mecanismos para resolver estes problemas. Há que usá-los.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de cumprimentar o meu amigo e Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António Lopes, que parece que trouxe fogo-de-artifício por causa da passagem do ano.

Fazia uma saudação muito especial à primeira intervenção da Dra. Cristina Oliveira. Quero dizer-lhe que estou solidário consigo, que é bom e que gostamos de a cá ter.

Vou fazer uma declaração muito curta sobre as declarações do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Desejo que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal continue no desempenho do seu cargo onde tem demonstrado competência e rigor. Acho que deve continuar, mesmo passando a independente, como Presidente da Assembleia.

Relativamente a este assunto tenho que fazer a seguinte declaração:

Eu fui eleito por oito mil trezentos e setenta e nove eleitores. Foi eleito para ser Presidente da Câmara Municipal e para ser responsável pelos meus Vereadores e pela minha equipa para governar o meu Concelho.

Não deixarei, e é uma declaração de honra, que outros que foram eleitos para outros cargos desempenhem o meu cargo.

E nada mais tenho a acrescentar sobre esta matéria.

O que quero é estar concentrado nos grandes desafios porque este ano vai ser um ano difícilimo. Até pelo nosso orçamento perceberão que é um ano de grandes dificuldades.

Aquilo que eu quero é estar concentrado e ser capaz de corresponder aos anseios e às expectativas das pessoas que me elegeram.

É verdade que a Câmara Municipal fazia um Boletim Municipal trimestral mas o Executivo em permanência acha que deve mudar, dentro da lógica da contenção financeira,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esse modelo de Boletim Municipal. Até trago aqui alguns dados bastante relevantes para perceberem aquilo que nós fizemos.

Nós não queremos substituir nenhum jornal. Queremos continuar a dar publicidade aos jornais que existam em Oliveira do Hospital para eles poderem sobreviver. Reconhecemos a importância estratégica que eles têm no Concelho prestando informação para as pessoas e também para exercerem o contraditório em relação ao poder.

Senhores jornalista, não fizemos nenhum jornal para substituir os vossos jornais.

Este jornal não será um jornal de culto de personalidade, como alguém disse. Será um jornal de aproximação, um jornal para que os nossos Municípes saibam o que se está a fazer no Concelho. Todas as decisões da Câmara Municipal, todos os subsídios atribuídos serão divulgados, todas as deliberações da Câmara Municipal mais importantes estarão lá.

Fizemos um jornal experimental. Eu pessoalmente não gosto da capa porque eu não queria ser o “menino Jesus” nem aqui o José Francisco o “São José”. O jornal vai melhorar. Vai ter uma parte onde serão publicados todos os subsídios concedidos.

Como eu disse e é um compromisso que assumo aqui, continuarei a trabalhar com os meios de comunicação de Oliveira do Hospital da mesma maneira, apoiando-os para fazerem o seu trabalho. Este não é nenhum jornal porque será um Boletim Municipal.

Enquanto presidente do Executivo e em conjunto com a minha equipa, discutimos e achamos que há muito para melhorar, mas faremos com que este Boletim seja um grande comunicador em termos de transparência das decisões da Câmara Municipal e que todos os Municípes tenham acesso a ele. E isso é que é muito importante para mim.

Em dois mil e nove o Prof. Mário Alves e a sua equipa emitiu um só Boletim Municipal que custou treze mil seiscientos e quarenta e cinco euros.

Em dois mil e treze a Câmara Municipal gastou num Boletim Municipal três mil seiscientos e quatro euros em janeiro e em abril gastou dois mil novecentos e oitenta e três euros e em agosto gastou três mil seiscientos e sessenta e oito euros, gastando, no ano todo, onze mil novecentos e doze euros.

É efetivamente verdade que o Boletim Municipal tinha muito boa qualidade.

Cada edição deste jornal, já depois de ser enviado, custa mil seiscientos e cinquenta e cinco euros.

Aqui só há uma diferença. Quem nos fazia o Boletim Municipal era a Grafibeira de Oliveira do Hospital e este jornal como é a cores a Grafibeira não tem preço competitivo para o fazer e por isso é feito em Coimbra numa tipografia. A mim custou-me mas eu falei com a Grafibeira e disse-lhes para adaptarem as máquinas para fazermos o Boletim cá.

Este jornal feito na Grafibeira custa três mil euros e na tipografia de Coimbra custa mil seiscientos e cinquenta e cinco euros.

Há aqui diferenças mas são opções.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este jornal chega a casa de todos os Oliveirenses.

O formato do jornal é discutível, pode-se gostar mais ou gostar menos. Há um projeto de evolução para este jornal nomeadamente com a criação de uma coluna, eu até já disse isto à Dra. Cristina Oliveira, para que o PSD também escreva no jornal e para que o CDS também escreva no jornal. Estamos também abertos a algumas sugestões para melhoria do seu conteúdo. Mais aberto, mais transparente, mais democrático, não posso ser.

Ao Sr. Luís Nina, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e sobre o Camping-Car quero dizer-lhe que esta semana na reunião do órgão Executivo da ADIBER onde tenho assento foram apresentados um conjunto de projetos de Oliveira do Hospital que vão ter financiamento.

Até anúncio isto com pompa e circunstância: Fiz a defesa dos projetos de Oliveira do Hospital e todos os projetos de Oliveira do Hospital têm financiamento e há um conjunto de projetos de iniciativa privada que foram aprovados e que trazem desenvolvimento económico. Bati-me por eles e ganhámos as votações e ficaram aprovados. O Camping-Car foi um dos projetos aprovados com 60% de financiamento.

Sr. Presidente da Junta de Alvoco, também quero dizer-lhe que a requalificação da praia fluvial de Alvôco foi aprovada com 60% de financiamento.

Para a Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos também foi aprovada uma sede para um grupo de jovens que está a fazer um trabalho fantástico e houve um trabalho de parceria com a Câmara Municipal, são mais 60% e a Câmara Municipal vai pagar a diferença que será de 40%.

Meruge também tem uma candidatura que vai ser aprovada, penso que ficou em stand-by porque faltava uma verba que penso que já veio e por isso está aprovado.

É por isso que eu tenho que estar concentrado e não me perder em algumas coisas. O tempo resolve tudo, e por isso vamos a isto porque é preciso trabalharmos.

A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, falou sobre as intempéries. Como sabem houve alguns trabalhos, os nossos serviços estiveram no terreno, os bombeiros também estiveram no terreno. Fizeram-se serviços em Travanca devido à queda de dois cedros, no Ervedal da Beira também se executaram serviços e aqui em Oliveira do Hospital na Escola Secundária também houve um problema que os serviços da Câmara resolveram, se bem que a obra não é da nossa competência, é da competência da Direção Regional de Educação, mas os nossos serviços fizeram um serviço provisório para se retirar a água de dentro da Escola. Penso que a Escola já fez essa comunicação oficialmente.

Temos também um problema com uma casa em Vila Franca da Beira. O vento arrancou o telhado todo. O Gabinete de Ação Social já pediu orçamentos e já contactamos dois empreiteiros mas ainda não tenho o orçamento. Aquela família reúne condições, dentro dos critérios e do regulamento, para que seja apoiada. Acho que toda a gente concorda que se deve apoiar estas famílias que infelizmente foram atingidas por estas intempéries.

Dr. Luísa Vales, quero agradecer-lhe as suas palavras.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há quem ache que eu digo mal de tudo mas eu digo bem.

Quero regozijar-me e acho que o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social se portou muito bem.

No caso da ARCIAL, os serviços da Câmara Municipal ainda tem um trabalho para fazer, eu penso que virá cá o Sr. Ministro e para mim será uma honra acompanhá-lo na visita às nossas instituições.

A visita do Sr. Ministro está marcada, se não houver nenhuma alteração, para o dia dezasseis de fevereiro para fazermos a inauguração. Nós ainda temos que fazer uns trabalhos na Fundação e ainda terei que levar este assunto à reunião de Câmara porque ainda estão a fazer as medições. Mesmo aquilo que é dado em espécie pela Câmara seja a IPSS seja a outros organismos, tem que ir a reunião de Câmara para ficar registado.

Em relação à Habitação Social de Alvôco das Várzeas quero dizer que foi um processo simples mas foi um trabalho conjunto e tripartido com o Sr. Presidente da Junta, com a CERCAV e com a Câmara Municipal. Foi feliz vermos uma pessoa que vivia em condições muito más entrar na casa e ouvir as palavras dessa pessoa.

Sobre a generosidade da Pirâmide Social eu também acho que Oliveira do Hospital tem gente boa, sem dúvida nenhuma.

Em relação ao acesso ao Centro de Saúde quero dizer-lhe que isto é uma reivindicação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que já no passado. Houve estudos para resolvermos o problema, só que os estudos deram parecer negativo. Os estudos e os relatórios que nós temos dizem que há possibilidade de aumentar a sinistralidade naquele local. Contudo, posso novamente pegar no processo mas recordo-me perfeitamente que os relatórios dos especialistas em trânsito são contra a obra que nós queríamos fazer. Não sei se haverá outra forma de ultrapassarmos esse processo.

Relativamente ao mau estado da EN17 e para responder ao Eng.º Carlos Inácio quero dizer que tenho uma informação que as Estradas de Portugal têm um projeto para executar até junho de dois mil e catorze. Tenho documentos onde eles dizem que vão fazer uma grande intervenção na Estrada da Beira até junho de dois mil e catorze e por isso temos que aguardar.

Quero dar os Parabéns ao Sr. Eng.º Carlos Artur pela sua eleição como Presidente da Comissão Política do Partido Socialista. Tenho pena porque não votei em si porque não sou filiado, mas também votava em si se fosse filiado.

Sobre a ADBER eu gostava de vos fazer aqui uma proposta. A ADIBER tem como Presidente um jovem que é o Dr. Miguel Ventura que tem sido um homem que tem feito um grande trabalho apoiando todos e em particular o nosso território. Quero propor um Voto de Reconhecimento e Louvor que passava a ler:

“Voto de Reconhecimento e Louvor - Sobre o trabalho da ADIBER no PRODER.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em face do trabalho desenvolvido pela ADIBER na região da Beira, ao nível da captação de Fundos Comunitários, através de Programas Nacionais e Comunitários;

Considerando a qualidade, abertura e transparência do trabalho de coordenação e gestão por parte do seu Presidente e Coordenador Técnico – o Dr. Miguel Ventura;

Considerando o volume de fundos Comunitários atraídos e aplicados na região da Beira Serra, pela equipa Coordenada pelo Dr. Miguel Ventura, através do PRODER, e antes através do LEADER e LEADER+;

Considerando as excelentes taxas de execução do SP3 PRODER na região;

Considerando os dois sucessivos reforços financeiros por cumprimentos dos critérios de eficiência na aplicação dos meios financeiros na região;

Considerando o conjunto vasto de projetos aprovados para o Concelho de Oliveira do Hospital desde dois mil e dez, em várias áreas, com milhares de euros aplicados;

Em função do exposto, venho propor a esta Assembleia Municipal um Voto de Reconhecimento e Louvor pelo trabalho desenvolvido pela ADIBER, pelo seu Presidente e colaboradores, em toda a região da Beira Serra – Concelhos de Oliveira do Hospital, Arganil, Góis e Tábua.

Este reconhecimento é da mais elementar justiça.”

Coloco o Presente Voto de Reconhecimento e Louvor à apreciação da Assembleia Municipal.

Dr. Rodrigues Gonçalves, quero agradecer a sua disponibilidade e as suas palavras de homem sensato e equilibrado.

Sobre o Hotel São Paulo quero dizer que o Município não é proprietário do Hotel São Paulo. Andam para aí alguns arautos da desgraça que acham que eu sou dono do Hotel São Paulo. Quero dizer que não sou dono do Hotel São Paulo, não tenho nenhuma cota no Hotel São Paulo, e não sou sócio de nenhuma empresa do Grupo FTP.

Lamento que o Hotel esteja fechado porque a cidade de Oliveira do Hospital precisa de um Hotel. Até deixa de ter algum sentido a realização de alguns eventos que atraem pessoas e depois não há condições para receber essas pessoas.

O Hotel está fechado por falta de condições interiores. Neste momento o Hotel não reúne um conjunto de condições interiores. Já falei com as partes envolvidas para tentar perceber as razões, também está agendada uma reunião para ver se se encontra uma solução. O fecho do Hotel também prejudica outros negócios que são paralelos com as duas empresas, porque se fosse só o problema do Hotel o assunto já estava resolvido. Os proprietários neste momento estão disponíveis para vender ou para continuar a fazer um contrato depois de executar as obras necessárias.

Tenho feito o meu trabalho mas não vou para os jornais dizer que tenho conversado com a Eng.^a Dulce Pássaro e com o Fernando Tavares Pereira para resolvermos este problema.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sinto-me mal quando há pessoas que me telefonam e que querem ficar em Oliveira do Hospital. Mesmo tendo poucas condições ainda se alojavam lá as pessoas.

Também precisamos de clarificar se a resolução do problema do Hotel vai para a frente ou não porque neste momento há pessoas que estão interessadas em lançar um Hotel em Oliveira do Hospital e que aguardam a resolução deste problema.

O Presidente do Município está a fazer a sua obrigação. Está a trabalhar com as duas partes para encontrar um consenso.

Acho que o Hotel faz uma falta enorme mas não pode ser a Câmara Municipal a pegar no Hotel porque não tem vocação para isso.”

Não havendo intervenções relativamente à proposta do Voto de Reconhecimento e Louvor à ADIBER, procedeu-se à votação da proposta, que foi aprovado por maioria, com quatro abstenções.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Estou a fazer um esforço, como já repararam, para que os trabalhos corram com alguma elevação.

De repente dá a ideia que o Presidente da Assembleia Municipal “pirou”. De repente dá essa impressão.

Há um ano e meio a esta parte que eu venho a dizer ao Sr. Presidente da Câmara um conjunto de coisas. Ele até disse no dia das eleições que eu era o homem que mais sabia de política no projeto mas parece que se esqueceu.

No passado foram aqui feitas intervenções contra o anterior Executivo por causa da discriminação com a Comunicação Social.

Neste momento estão aqui dentro quatro órgãos de Comunicação Social. Os três que estão ali no lado esquerdo recebem menos de metade do valor daquela “maquineta” que está ali a filmar-nos. Não sei com que objetivo. Fica bem para a história.

O jornal que é considerado a caixa-de-ressonância do Executivo recebeu, diretamente da Câmara, quinhentos e cinquenta euros em dois mil e doze e seiscentos e sessenta euros em dois mil e treze.

Portanto, a discriminação em números é pior do que antes.

Os quatro Boletins Municipais custaram onze mil euros mas tem dois jornalista ali em cima a faze-lo que eu quero pensar que não estão lá de graça.

Esta política das meias verdades e da demagogia com o Presidente da Assembleia Municipal não funciona Sr. Presidente.

Eu não me zanguei porque o Natal me correu mal ou porque a minha mãe faleceu ou por um outro qualquer motivo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sou uma pessoa de coerência e de linha e sempre o fui e aquilo que estava mal no anterior Executivo e o que estiver mal neste Executivo também vai ser contestado.

Já lhe disse que eu não sou cata-vento.

Ando aqui por zero escudos. Ando aqui por amor a uma causa e ao Concelho.

E agradecia que não me provocassem mais para mantermos a elevação nesta casa.

Porque eu não quero estar a maçar os Senhores Deputados na próxima semana convocarei uma conferência de imprensa.

Tenho pena de não poder corresponder ao pedido do meu amigo Dr. Rodrigues Gonçalves que tem sido, de facto, aqui o meu braço esquerdo e o homem que me tem aconselhado e ajudado para o bom desempenho desta Mesa mas Senhor Doutor os princípios não são negociáveis.

O Sr. Presidente da Câmara terá o Presidente da Assembleia como amigo ou não amigo, umas vezes diz que sim outras vezes diz que não. Eu já lhe disse uma vez que o António Lopes será sempre amigo mas o Presidente da Assembleia Municipal agirá sempre de acordo com as suas funções.

O que eu quero dizer é o seguinte: Sr. Presidente da Câmara, de facto, o António Lopes não é um problema, basta corrigir o que está mal, e está muita coisa mal, porque é só isso que me anima. A mim não me anima vinganças. A mim anima-me a boa governação do Concelho para todos os Oliveirenses. Porque haver jovens sem filhos que de repente aparecem duas pessoas da mesma família aqui colocados com ordenados acima da média sabendo que há famílias com quatro pessoas e que não tem nenhuma empregada. Façam-me um favor, não foi para isso que eu para aqui fui eleito. Não será isso que comigo aqui, deste lado ou daquele, acontecerá neste Concelho, especialmente com a minha voz calada.

Vamos ver se a gente se entende porque eu não mudei de ideias agora. Com os ânimos da campanha, eu já não quero entrar na política de campanário, porque ficaram algumas coisas de referência para se fazer a política da subsidiabilidade do campanário e eu, como disse, ando aqui por valores, pela verdade, e para defender o meu Concelho tanto o defendia com oitocentos votos na CDU, com os cinco mil de há quatro anos como com os votos de agora. Portanto, vamos a ver se continuamos a Ordem de Trabalhos, e se façam o favor de não me obrigar a falar.

Vou fazer uma conferência de imprensa e vou lá pôr o livro todo, é capaz de dar quatro ou cinco páginas porque se não, de facto, parece que eu sou um loco. Se alguém pensou que eu me entusiasmava com a cadeira do poder, eu sei que isso faz muito mal, está escrito e há estudos sobre essa matéria, mas eu tenho mantido e sempre tive a capacidade de não ir atrás dos cantos da sereia e de me manter igual a mim próprio e fiel aos princípios que sempre defendi e que me aqui trouxeram.

Vamos passar à frente e vamos para o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Não havendo intervenções relativas ao Ponto I, seguidamente entrou-se no Ponto II - Eleição, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de janeiro, do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a composição da Assembleia Distrital de Coimbra.

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu aqui queria dizer que na Assembleia anterior fizemos aqui algumas votações para a representação nos vários órgãos. Estava na ordem de trabalhos de há quatro anos a eleição deste Ponto mas durante estes quatro anos em termos da Assembleia Distrital pensava-se que já não iria haver mais nenhuma reunião porque a assembleia Distrital estava ligada um pouco aos Governos Cívicos.

Entretanto, fomos convocados no dia doze ou treze, deste mês para uma reunião da Assembleia Distrital. Como essa reunião aconteceu e vai haver novas reuniões, eu fui representar a Assembleia porque o Sr. Presidente me pediu. Levámos o antigo elemento que representava a Assembleia apenas como representante e não como pessoa que pudesse votar nessa assembleia por isso mesmo trazíamos aqui hoje a eleição de um Presidente da Junta para a Assembleia Distrital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto é entendimento do Partido Socialista, atendendo a que outros Presidentes de Junta já foram anteriormente aqui nomeados para outras funções, que desta vez, e até fica bem, porque é uma Senhora, e que anteriormente foram só homens os eleitos, que seria talvez de bom-tom eleger para esta Assembleia Distrital um Presidente de Junta que fosse mulher.

O nome proposto será a Presidente de Junta de Lagares da Beira para ter assento nesta Assembleia Distrital de Coimbra.

Esta é a nossa proposta.”

Não havendo mais propostas, foi colocada à votação o Ponto II- Eleição, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de janeiro, do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a composição da Assembleia Distrital de Coimbra, tendo sido proposto a designação da Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira para integrar a composição da Assembleia Distrital de Coimbra, que foi aprovada por maioria, com quatro abstenções.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida entrou-se no Ponto III - Aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação aos regulamentos quero dizer o seguinte: Estes regulamentos tinham que ser alterados por algumas razões.

Primeiro tínhamos que adaptar estes regulamentos porque os anteriores já eram bastante antigos e porque tínhamos que seguir as recomendações da ERSAR que tutela esta área e depois foi efetuada a adaptação a toda a lei vigente.

Nestes regulamentos, foram criadas ferramentas de proteção dos consumidores nomeadamente tarifários especiais, entre os quais podemos destacar o tarifário social e o tarifário familiar para famílias numerosas.

Recebemos uma carta, porque mandámos todos estes tarifários para os diferentes organismos se pronunciarem, e a Associação das Famílias Numerosas enviou-nos os parabéns por essa decisão.

Foi também criada a possibilidade de se isentarem do pagamento das tarifas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações Profissionais, Desportivas, Culturais e Sociais sem fins lucrativos, havendo a possibilidade desta redução ser parcialmente ou totalmente.

Também pela primeira vez foram criadas ferramentas de proteção para as empresas que promovam a criação de emprego e também existe a possibilidade da isenção das tarifas que serão analisadas caso a caso em reunião de Câmara.

Depois da discussão pública houve umas pequenas alterações no Regulamento de Águas Residuais no artigo 56º e no artigo 58º.

Também no Regulamento de Água posso anunciar aqui que haverá um aumento da tarifa da água.

Já todos percebemos as razões. Este aumento não vai conseguir cobrir a despesa, porque a água saneamento e lixo tem um défice de um milhão e quatrocentos mil euros.

A nossa ideia é recuperarmos os quatrocentos mil euros nesta fase, tentando que o aumento vá num intervalo entre um vírgula nove euros e cinco virgula seis euros, o aumento mínimo e o aumento médio, que mesmo assim é significativo mas esta Câmara nunca fez atualização ao preço do índice do consumidor.

Todos os escalões ficarão iguais, exceto o primeiro porque nós compramos a água a zero setenta, em alta, e vendemo-la a zero cinquenta e três no primeiro escalão. Há um défice enorme e isto faz com que haja um desequilíbrio financeiro nas contas da Câmara Municipal.

Percorreram-se três caminhos para tentar a redução do tarifário e não foi só pelo aumento porque nós não vamos seguir o tarifário proposto pela ERSAR.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O tarifário proposto pela ERSAR tinha aumentos de mais de cem a duzentos por cento. A ERSAR diz que até dois mil e dezoito terá que haver tarifários iguais.

Este Executivo achando que neste momento este é o setor estratégico mais importante criou uma equipa multidisciplinar onde foram traçados um conjunto de objetivos que serão aprovados na próxima reunião de Câmara. Esta equipa multidisciplinar é constituída por funcionários da Câmara Municipal que já são do quadro, exceto alguns estagiários com alguns planos ocupacionais.

Esta equipa vai fazer três trabalhos diferentes e o objetivo é chegarmos ao final do ano só com quinhentos mil euros de prejuízo.

A ideia é fazer a recuperação com o aumento do tarifário em cerca de quatrocentos mil euros e os outros seiscentos mil euros têm que ser recuperados da seguinte forma: Há águas pluviais que entram nas redes de saneamento e que se pagam como saneamento e por isso essa equipa vai ter que fazer um trabalho de levantamento e depois um trabalho de execução para desviar as águas pluviais.

Vamos começar aqui em Oliveira do Hospital por há muitos prédios que têm as águas pluviais todas metidas na rede de saneamento. Pensamos que poderemos poupar muito dinheiro.

Outro caminho que se seguiu para não sobrecarregar as famílias foi que para regar jardins não precisamos de ter água tratada. Aqui em Oliveira do Hospital, no Parque do Mandanelho, esta equipa multidisciplinar está a fazer estudos dos poços já existentes para que esses poços sirvam para regar os jardins. Também estou a pensar no jardim do Ervedal e de Vila Franca que têm poços.

Penso que é um bom caminho. É um caminho equilibrado porque esta é a situação mais difícil em termos financeiros que a Câmara Municipal tem.

Como viram no mapa das contas há uma dívida a fornecedores, às Águas do Zêzere e Côa. A fatura da água é uma coisa brutal. Estamos a pagar através do acordo que foi feito.

Todos podem contribuir para a resolução deste problema se tiverem outras propostas e outras soluções melhores nós estamos abertos para as receber.

Também neste tempo de dificuldades nós percebemos que não podemos sobrecarregar as famílias.

Há outro caminho que também estamos a fazer com os Presidentes das Câmaras que estão ligados às Águas do Zêzere e Côa. Estamos à espera de fazer uma reunião com o Ministro do Ambiente, e ele tem sido sensível à tarifa nacional.

Estas tarifas que nós temos foram provocadas por um erro do Governo Socialista que libertou a Covilhã de integrar este sistema e que nos arranjou este imbróglio destas tarifas.

A Câmara Municipal do Fundão, eu até sou muito amigo do Presidente, do Paulo Fernandes, que é o Presidente da ADXTUR, com quem tenho uma relação ótima, ele deve



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

doze milhões de euros às Águas do Zêzere. Ele entende que não deve pagar e em tribunal tem vencido.

A maior parte dos Municípios não está a conseguir pagar porque recebe muito menos de receita e os custos são brutais e não é justo que no litoral haja água a zero quarenta e aqui seja paga a zero setenta.

Nós queremos que a tarifa desça substancialmente, pelo menos para um grande grupo que nós vamos integrar que é o grupo das águas de Lisboa. E se a tarifa descesse substancialmente, por exemplo para os valores que são praticados em Lisboa, não precisávamos de fazer aumentos nenhuns.

Por isso é que só há dois Municípios que honram os seus compromissos com as Águas do Zêzere e Côa.

Penso que o Ministro do Ambiente também está empenhado em resolver este problema. Noto-lhe uma forte determinação. Estamos só à espera da realização da reunião.

Este regulamento é um regulamento moderno, afasta completamente o anterior.

No caso das Tarifas Sociais elas vão ser consideradas com a intervenção do Gabinete da Ação Social. As pessoas fazem os respetivos requerimentos e se reunirem as condições serão aplicadas as Tarifas Sociais. A Tarifa das Famílias Numerosas também é muito importante e as Tarifas para as empresas nesta fase difícil em que os empresários só têm imposto para pagar nós também vamos ver isto com outros olhos para não os estarmos a sobrecarregar com despesas.

Ainda há outro caminho que a equipa multidisciplinar vai fazer: Há quatrocentos e quarenta lugares em Oliveira que não têm contador e isto não pode ser. Até podem nem pagar a água, mas depois não sabemos o que é que se perde nos circuitos.

Hoje as exigências da ERSAR são muito grandes, nós gastamos cerca de oitenta mil euros em análise nas saídas das águas.

Este assunto é muito sensível mas temos que ter em conta a vida das famílias.

A competência para a fixação destas tarifas é da Câmara mas acho que era bom e se puderem dar alguns contributos estejam à vontade porque nós estamos aqui para os receber.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a tentar verificar a legalidade deste regulamento como é da obrigação da Mesa e devo dizer que me parecem muito exaustivos e muito bem elaborados eu diria que, salvo outras opiniões, do ponto de vista jurídico não há ponta por onde se lhe pegue no sentido de que estão muito benfeitos e não me merecem críticas, pelo menos a mim.

Há só aqui uma questão: Queria pedir à Câmara que tenha um bocadinho de atenção a isto que é o seguinte:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A questão da fiscalização vem integrada no capítulo das penalidades que é o capítulo V, e a fiscalização, como é natural, compete à Câmara.

Depois o artigo 70º, diz que os sistemas ficam sujeitos às ações de inspeção do Município sempre que haja reclamações dos utilizadores.

A questão é esta, e eu tenho falado com alguns Presidentes de Junta. Alguns particulares pagam do seu bolso a limpeza das fossas. Há outros que, não só, não o fazem, como deixam que haja escorrências durante todo o ano para locais, às vezes até, como a via pública e eu pergunto: Há alguma hipótese, ou sugiro à Câmara, de não estar à espera destas reclamações que estão no artigo 70º, porque como é natural, se as Juntas de Freguesia não reclamarem, se os particulares não reclamarem, até por medo de represálias, o que acontece é que os proprietários que estão em planos inferiores acabam por apanhar escorrências de fossas em claro benefício do infrator. Isto é, quem recorre à Câmara, ou a outras entidades, para fazer a limpeza das fossas paga, mas há quem não pague como ainda prejudica os outros.

Pretendia saber em que medida é possível não esperar por esta reclamação do artigo 70º, e até ser a própria Câmara a tentar saber em que casa é que isso acontece.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu penso que é do conhecimento de quase todos, ou de todos, que os preços da água e do saneamento em Oliveira do Hospital são dos mais baratos no País. E temos uma questão que é praticamente única que é termos preços fixos na questão do saneamento básico quando na maior parte dos Municípios é um preço indexado ao consumo da água.

Isto já aqui foi falado várias vezes. Sabemos todos que a não resolução deste problema comprometerá bastante a saúde financeira deste Executivo e por isso eu não tenho nenhuma dúvida que vamos ter que mexer nos preços.

Tenho sugerido que o primeiro trabalho a fazer é pôr esses contadores a funcionar. Ver o que é que efetivamente eles gastam. Ver que política de disciplina se tem que fazer a esses contadores, e estamos a falar de Bombeiros, clubes de futebol, etc., onde os objetivos são louváveis mas onde também se sabe que há muitos abusos e aproveitamentos.

Na minha opinião, neste assunto, deve fazer-se esse estudo, antes de se mexer nas tarifas, e não estou a dizer que é para protelar estou a dizer que se dever ter uma análise a esse estudo.

Porque o mais importante é racionalizar a questão do saneamento básico. Porque como é uma taxa fixa tanto paga qualquer um de nós como paga a SONAE ou qualquer outra empresa do Concelho. A sugestão que eu deixo à Câmara é que tem ser vista esta situação.

Já que vamos mexer no bolso das pessoas, deve haver algum cuidado na análise desta situação.

A Câmara deve instalar os quatrocentos contadores e efetuar uma análise. Não estou a defender que os Bombeiros devam pagar a água e não estou a defender que a ARCIAL ou a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fundação Aurélio Amaro Dinis devam pagar a água, e não sei se pagam ou não, mas também defendo que temos que ver o que é que efetivamente é gasto e isentar o que é aceitável e na parte restante como forma disciplinar terão que efetuar o pagamento para que não estejamos todos a pagar o descuido ou o desleixo que algumas pessoas têm nas instituições.

Na questão do saneamento penso que é da elementar justiça. Quem polui deve pagar.

Volto a dizer que eu não sirvo para demagogias. Nós sabemos que todas essas situações em Oliveira do Hospital estão ao melhor nível nacional. Defendo que é necessário mexer se quisermos que a Câmara Municipal tenha verbas para responder às suas solicitações e obrigações sociais.

Aquilo que eu sempre defendi é que este assunto deve ser revisto com critério e com justiça.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As dúvidas referidas pelo Dr. Rodrigues Gonçalves penso que têm sentido.

Se nós aplicarmos os preços que a ERSAR nos propões era um terramoto.

O Decreto-lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no artigo n.º 3, diz que os Municípios não podem subsidiar a água e o saneamento. O artigo diz que nós temos que vender de forma a não ter prejuízo. Este artigo empurra a Câmara Municipal para uma situação muito desagradável. Na tabela da ERSAR o preço do metro cúbico de água é de dois euros e meio a três euros. É uma coisa brutal. Nós estamos a tentar outros caminhos para diminuir os custos.

O Dr. Rodrigues Gonçalves colocou aqui um problema que eu também discuti muito com a minha equipa.

Todas as pessoas que têm saneamento têm que pagar a taxa e todos aqueles que têm fossas, a Câmara Municipal, em defesa do meio ambiente, é obrigada a despejar essas fossas. Ou seja, toda a gente paga dois euros de saneamento e a Câmara Municipal é obrigada a despejar as fossas porque é uma obrigação.

Nos termos do Regulamento a ligação à rede de saneamento é obrigatória desde que haja saneamento à porta, contudo, há muita gente que não consegue fazer a ligação à rede de saneamento devido a haver desníveis com as condutas e a Câmara tem ajudado a resolver estas situações.

Nós fizemos estudos exaustivos e temos um problema em Oliveira do Hospital que é terrível. Temos duas mil duzentas e cinquenta e seis pessoas que não gastam água. Umas, poderá ser por estarem ausentes, mas também há outras que têm água própria nos seus terrenos e que descarregam para os sistemas de saneamento e por isso fizemos estudos para que essas pessoas também paguem saneamento aplicando uma tarifa mais baixa.

O Diário de Notícias fez referência a este assunto das águas. Fez uma investigação jornalística muito interessante, onde o Sr. Presidente da ERSAR diz o porquê da necessidade do aumento da água.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No artigo do jornal é feita uma análise ao preço da água nos diferentes Municípios do País e Oliveira do Hospital encontra-se abaixo da média do País. A média nacional por dez metros cúbicos é de cento e oito euros e Oliveira do Hospital paga noventa e oito euros. Em Tábua, Tondela e Santa Comba pelos mesmos dez metros cúbicos pagam cento e noventa e quatro euros porque eles fazem parte do mesmo sistema de águas. Covilhã tem a água mais cara do País. Tenho um processo sobre este assunto que podem consultar.

Se baixarmos o défice da água de um milhão de euros para quinhentos mil euros este será o único aumento da água deste mandato.

Eu acredito que desta reunião com o Sr. Ministro do Ambiente, porque o vejo muito sensível, que o valor da água possa vir a ser reduzido.

Como já disse o único escalão que iremos mexer é somente no primeiro. Não mexeremos nos outros escalões.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Em Meruge as pessoas têm-nos colocado várias questões relacionadas com este assunto das águas, como por exemplo: Porque é que uma pessoa que normalmente paga os mínimos e quando por exemplo há um extravio da fatura e vai pagar passado uns dias tem que pagar cerca de trinta euros.

Eu acho que há aí uma aberração qualquer. Não sei porque é que isso acontece!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta pergunta já tinha sido feita pelo João Dinis.

A mim já me aconteceu o mesmo porque deixei passar o prazo de pagamento porque me esqueci.

Já perguntei aos serviços do porquê do aumento e os serviços informaram-me que esses aumentos decorrem da Lei vigente que obriga a esses aumentos. São as taxas de justiça e de execução fiscal.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto III – Aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV – Aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento de Serviços de Abastecimento Público de Água.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Acontece-me frequentemente em Lisboa, e eu recebo fatura eletrónica da água via *mail* e normalmente vai para a caixa de *spam* o que faz com que muitas das vezes junte duas faturas. Por isso, não percebo como é que decorre da Lei haver lugar a uma coima tão grande quando eu, quando faço o pagamento da fatura da água, apesar de ser fora do prazo, não tenho nenhum acréscimo no valor.

Queria pedir que os serviços competentes analisassem a Lei e vissem se não existe forma de contornar estes acréscimos, dado que, as taxas de agravamento são aplicadas logo após a primeira fatura.

Um acréscimo de trinta euros é de facto excessivo e se noutros Municípios isso não acontece é porque há algum caminho na Lei que permite que assim não seja.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IV - Aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento de Serviços de Abastecimento Público de Água, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e discussão do projeto de Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“O Documento que vos foi entregue foi um trabalho exclusivo do Dr. Rodrigues Gonçalves a quem eu uma vez mais agradeço.

Ele irá usar da palavra para realçar os pontos que forem mais importantes para realçar.

Algumas vezes fui aqui questionado quanto a determinadas situações que aqui ocorreram e que, nalguns casos, o Regimento é absolutamente claro nomeadamente quanto às manifestações do público a favor ou contra. De vez em quando batem-se aqui palmas e o pessoal fica todo satisfeito e outras vezes há aí umas manifestações de desagrado.

O que a Lei diz claramente é que o público não se pode pronunciar e quanto a isso a Mesa não tem grandes dúvidas.

Quanto à defesa da honra e às intervenções do público, o Regimento e a Lei também são mais ou menos claras.

Contudo coloca-se aqui com alguma frequência a questão de saber se a intervenção ou se o assunto que elemento do público aqui quer trazer se é legítimo que ele o traga.

É pressuposto que as pessoas que aqui estão representam o Município, A Câmara Municipal a um nível e a Assembleia Municipal a outro nível. No meu entendimento, se o Município tem um assunto de ordem política referente à gestão do Concelho na minha opinião eu acho que ele devia procurar o Deputado Municipal ou o Presidente da Junta da sua região e colocar-lhe o problema.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E temos hoje aqui esse caso. O Prof. João Dinis telefonou logo no início dos trabalhos a dizer que queria intervir e entretanto chegou e preencheu o requerimento. Naturalmente que lhe vai ser dada a palavra.

Mas que fique claro que o Presidente da Assembleia Municipal não concorda com a intervenção, não está em causa o assunto, mas eu entendo que o assunto deveria ser colocado ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Este é um dos assuntos que deverá ficar claramente esclarecido por todos nós. Qual é o critério a aplicar nestes casos?

Eu entendo que se uma pessoa tem um determinado problema, em que a Câmara não lhe vai colocar a luz ou o caminho à porta de sua casa em mau estado, e se o Presidente da Junta não lhe resolveu o problema eu ainda sou capaz de aceitar. Tal como uma vez aconteceu quando aqui estive toda a população das Pedras Ruivas numa manifestação que eu considero genuína dizendo que se sentia abandonada quanto ao tratamento da água. Foi a partir desse dia que se criou o precedente para que o público fizesse a sua intervenção no final do Período de Antes da Ordem do Dia para que não tivesse que regressar muito tarde a casa.

E por isso eu sou capaz de aceitar esses casos como intervenção do público. Já não posso aceitar, como aqui aconteceu no passado recente, que um membro de um Partido venha fazer uma intervenção de cariz marcadamente político com se fosse um Deputado Municipal quando não era.

Não obstante, e tendo em conta a Lei, o Município não deixa de ter direito para fazer a sua intervenção porque, em abstrato, como nós temos aqui o artigo 17º, salvo o erro, que diz que os assuntos de índole nacional são reservados aos Deputados da Assembleia da República, mas, de facto, quando nos aumentam os impostos e nos entram no bolso a todos, e outras coisas mais, é um bocado difícil definir qual é a barreira do interesse municipal do interesse nacional. Como também é difícil definir, aqui, qual é que é a intervenção do público e qual é que é a intervenção dos eleitos.

De qualquer forma, e sem prejuízo do que o Dr. Gonçalves vai dizer, e este para mim é que é o ponto principal porque mexe com a decisão da Mesa e eu quero ser claro e transparente, e quem vier a seguir também quererá, penso que nos devemos pôr de acordo relativamente ao entendimento sobre as intervenções do público.

Propositadamente este ponto não tem hoje votação para que durante estes três meses possamos refletir sobre toda esta situação, inclusivamente o relacionamento entre Deputados, e não só, que deve ser de alguma elevação porque este é o salão nobre, é a casa da democracia do Concelho, e mandam as boas práticas que há regras mínimas de relacionamento que devem existir.

Eu gostava que refletíssemos todos sobre este Regimento e que o Regimento que aprovássemos na próxima sessão da Assembleia fosse um Regimento consensual e que estas questões dúbias de interpretação correspondessem à vontade de toda a Assembleia.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação aos agradecimentos eu queria dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que o artigo 29º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, diz que *“compete à Mesa elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito”*”.

Ao elaborar este Regimento devo dizer que apenas cumpro o meu dever. Aliás, ainda estou convencido que a maioria de nós está aqui para cumprir o seu dever.

As fontes do Regimento são a Lei n.º 75, que revogou em parte a Lei n.º 169, alterada pela Lei n.º 5-A de 2002, e o problema começa aqui, na medida em que, a meu ver, a Lei n.º 75 devia republicar toda esta matéria incluindo a Lei n.º 169, e não o fez. Por isso, o Regimento tem de ser feito a partir destas duas Leis e também, em certa medida, com base no Regimento anterior. Uma pequena parte deste Regimento também foi feita a partir do Manual de Condução de Assembleias do Prof. Roque Laia.

Como sabem os Regimentos limitam-se a completar ou desagregar e a esclarecer o que vem na Lei. Os Regimentos não podem de forma nenhuma contrariar o que está na Lei habilitante.

O primeiro pedido que eu fazia, penso que todos nós temos o direito a propor alterações à proposta do Regimento, é que não façamos proposta de alteração ao Regimento que venham contra aquilo que a própria Lei diz porque isso é impossível de ser feito assim.

O Regimento não pode de modo nenhum alterar a Lei. Proponho, com todo o respeito, para que primeiro verifiquem o que é que diz a Lei para não estarem a propor alterações ao Regimento que contrariem a Lei.

Tenho aqui a tabela dos artigos da Lei que foram utilizados para transpor, em parte, para o Regimento.

Há aqui meia dúzia de artigos, entre eles o artigo 20º e 21º que referem esta questão que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal acabou de referir que trazem alguma inovação, mas pouca, em relação às intervenções do público e tentam resolver algumas questões que têm aparecido aqui nomeadamente as questões das pessoas querem falar à última da hora.

O facto de quererem falar à última da hora pode-nos conduzir, ou pode conduzir o Presidente da Assembleia Municipal, a ter que lhes tirar a palavra no caso de entrarem em matérias que sejam de reserva exclusiva dos Membros da Assembleia. Tem havido alguma condescendência nesse aspeto mas convém que esta questão fique regulada por uma questão de justiça relativa porque alguém poder vir dizer que no passado falou em questões políticas e agora não permitem que se fale. Penso que isso está regulado no n.º 2 e 3 do artigo 21º, sendo que no n.º 3 do artigo 21º diz que *“no ato de inscrição a que se refere o n.º 2 do artigo anterior os serviços de apoio à secretaria devem excluir desde logo as inscrições cujo assunto a tratar seja de natureza político-partidária”*. Penso que logo aqui se faz uma primeira seleção. Mas, tudo isto é discutível.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois um outro artigo que me parece que regulamenta algumas formas processuais para intervir na Assembleia. Eu já lhe disse pessoalmente que o João Dinis faz aqui muita falta porque era o Membro da Assembleia que mais usava estas figuras regimentais mas havia sempre alguma confusão no meio disto tudo. Penso que o artigo 26º resolve o problema para se saber o que é que são pontos de ordem, pontos prévios, propostas, requerimentos, pedidos de esclarecimento e moções. Esta matéria não vem nos Regimentos anteriores e houve sempre aqui alguma confusão entre estes pontos e o artigo 26º resolve isto.

Fico à vossa disposição para eventuais propostas que quisessem fazer.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Quería propor, pela segunda ou terceira vez, algo que já propus anteriormente.

Não faço esta proposta pelo facto do PS ter uma maioria esmagadora de Deputados e Presidentes de Junta eleitos nesta Assembleia. Já o fiz antes quando nós tínhamos oito Deputados eleitos e estávamos a par com outras forças partidárias ou movimentos. Entendo que para clarificar o funcionamento na Assembleia em termos físicos, é uma questão de somenos importância mas acho que me parece de todo pertinente, devíamos ter os Grupos Parlamentares colocados de forma estanque para haver uma definição dos Grupos Parlamentares.

Não faço esta proposta por termos uma clara maioria, porque já a fiz quando tínhamos Deputados em número inferior.

Depois queria esclarecer um assunto que acho que está com alguma confusão na cabeça do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

De facto, o Presidente da Câmara e os Vereadores foram eleitos por cerca de oito mil votos, mas, eles foram eleitos para aquela função: Gerir o Município.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a par com o Dr. Gonçalves e o Carlos Mendes, comigo e com o Zé Ferreira, fomos eleitos também por oito mil votos mas para sermos Deputados Municipais.

Diz o Regimento, que é decalque da Lei, que a Mesa da Assembleia é o conjunto de Membros eleitos para dirigir a Assembleia e é composta por um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário. Membros esses que saem dos Deputados eleitos. Podem ser da lista mais votada ou elementos da lista menos votada. É uma lista proposta à votação.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi eleito por confiança de uma força política que foi o Partido Socialista.

Tal como um cartaz engraçado que eu encontrei da autoria de Che “*O Socialismo é a ciência do exemplo*”.

Sr. Presidente, eu não me quero alongar neste tema, tem um de dois caminhos para ser o exemplo: Ou mantém-se fiel à força política que o apoiou a ser Presidente da Assembleia, ou sabe qual é o outro caminho.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em mil seiscientos e quarenta e um, foram condenados em Portugal, quatro pessoas, e uma delas por não ter denunciado o Pai.

Foi o Senhor D. Luís de Noronha, segundo Duque de Caminha, que foi condenado e foi enforcado no Rossio, no dia vinte e oito de agosto de mil seiscientos e quarenta e um, por não ter denunciado o Pai.

Nessa altura, o Bispo de Lisboa, foi ter com D. Luísa de Gusmão para interceder por este Senhor.

A D. Luísa de Gusmão respondeu-lhe: “*sabe Iminência, aquilo que eu posso fazer por Vossa Iminência é esquecer que tivemos esta conversa, porque a lealdade ao Rei é superior à lealdade ao Pai*”.

Isto é para dizer que a lealdade ao Concelho é superior à lealdade ao Partido Socialista.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero reconhecer o trabalho de excelência que está feito neste Regimento, embora o Dr. Rodrigues Gonçalves tenha dito que seria uma competência dele.

Tenho aqui algumas situações que depois gostaria de colocar, no entanto não sei se é este o tempo para as colocar ou se depois as faria chegar?”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Como já é meio-dia e dez, sugeria que as deixasse para reflexão e depois na próxima Assembleia fazemos uma discussão mais aprofundada. Isto, sem prejuízo da opinião dos Srs. Deputados, com é evidente.”

O Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, retomou a sua intervenção e disse o seguinte:

“É referido num artigo do Regimento que as Assembleias devem acabar a determinada hora e não se devem prolongar para além dessa hora.

Fiz aqui umas contas e dependendo do número de Pontos para discussão numa sessão da Assembleia, no máximo deveríamos ter uma hora e meia no Período de Antes da Ordem do Dia.

Se uma reunião, por exemplo, começa às vinte e uma horas, chegamos às vinte e duas e trinta, com o Período de Antes da Ordem do Dia finalizado.

Se entretanto entrarmos no Período da Ordem do Dia, no máximo só podemos trabalhar quatro ou cinco Pontos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esta é a minha interpretação perante o tempo que nos é dado.

A minha questão é a seguinte: Como é que conciliamos, com os horários habituais das nossas Assembleias que normalmente são à sexta-feira à noite, o terminar às vinte e quatro horas?

Também há um artigo que diz que se pode prolongar para além das vinte e quatro horas mediante consentimento através de votação.

No fundo, o que eu pretendo é esclarecer esta situação ou, então, que o número de Pontos das Assembleias sejam reduzidos ou escalonados perante o tempo.

Outra questão tem a ver com os prazos: Quando um Membro da Assembleia Municipal se ausenta devido a uma qualquer situação temporária, qual é o prazo máximo ou mínimo que deverá comunicar ao Presidente da Assembleia o seu substituto?

Também tenho dúvidas relativamente aos prazos para a convocação da Assembleia: Com quantos dias de antecedência é que a Assembleia tem que ser convocada?

As sessões são todas públicas ou não?

Também deduzo que a intervenção do público é sempre posterior à intervenção da Assembleia a não ser que o Presidente da Assembleia decida em contrário.

No caso das infrações à Lei ou ao Regimento, faz-se a referência ao Juiz da Comarca e penso que será da Comarca de Oliveira do Hospital.”

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“Nós temos algumas observações e sugestões.

De acordo com o que ouvimos possivelmente será mais oportuno fazer chegar as sugestões por mail ou na próxima reunião falar mais concretamente.

Contudo, queremos aproveitar esta oportunidade para fazer algumas observações.

Em primeiro lugar entendemos que este documento está muito bem elaborado e muito bem estruturado. Só quem não faz documentos deste tipo é que não conseguirá perceber isso. Está em conformidade com a Lei em vigor e ajustado à nossa realidade atual, nomeadamente já com toda a alteração que o nosso Concelho sofreu devido à agregação das Juntas de Freguesia.

Há um artigo novo que é o artigo 15º que pensamos que é muito importante. Anteriormente estava omissa. Penso que é muito importante que as pessoas tenham a consciência deste problema, do dever de reserva durante as sessões, inclusivamente podem ser punidos com coima. Anteriormente estava omissa e agora está mais clarificado.

Realmente, os artigos que mais me suscitam dúvidas são os artigos 20º e 21º que têm a ver com o período de intervenção do público: Primeiro pensamos que, e é uma sugestão, que faria sentido que em vez de dois artigos deveria ficar só um porque o assunto é o mesmo em termos de enquadramento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, temos, realmente, algumas dúvidas: No número dois, à partida, esta inscrição com a antecedência mínima de cinco dias poderá parecer-nos algo excessiva, receamos que possa condicionar, inclusivamente, a inscrição e a participação dos nossos cidadãos.

Gostaríamos de saber se esta inscrição tem que ser presencial ou se pode ser telefónica ou por correio eletrónico?

Entendemos que este documento pela importância que tem deve ser, de facto, consensual porque, e passo a expressão, é a nossa Bíblia em termos de trabalho.

Penso que é importante definir o momento da intervenção do público, em tempos, e recordando-me de algumas reuniões em que houve algumas diferenças em termos de decisão e de atuação. Acho que era importante definir critérios uniformes de atuação e normalizar procedimentos. Pensamos que uma das propostas poderia ser, a intervenção do público após o Período de Antes da Ordem do Dia para evitar que as pessoas tenham que ficar aqui até de madrugada como já aconteceu. Isto é uma sugestão.

Depois no artigo 21º, n.º 2, pelas razões que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e já não é a primeira vez que refere essa questão, também para nós não nos oferece grandes questões.

Quanto ao n.º3, eu não sei se seria de manter? Temos o n.º 4, em que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem toda a legitimidade para retirar a palavra, partindo do princípio de que houve previamente uma triagem. Porque estamos a falar de uma inscrição e por isso este terceiro ponto não faça grande sentido mas, como digo são sugestões.

Também confesso que não sei se estas questões terão alguma base legal porque não tive oportunidade de pesquisar. Já li alguns Regimentos de outras Assembleias e, de facto, este tipo de situação está omissa.

Pensamos que é importante permitir que todos os cidadãos inscritos possam fazer a sua apresentação, ou seja, usar da palavra nos assuntos que desejarem. Não gostaríamos muito de lhes condicionar a intervenção.

Basicamente são estas as sugestões, mas, como digo, podemos depois organizar e fazer chegar uns contributos mais elaborados.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não posso deixar de começar esta intervenção sem lhe dizer que a personagem histórica que escolheu é exatamente a indicada.

D. Luísa de Gusmão, Rainha de Portugal depois da governação Castelhana do País, foi exatamente a Rainha que disse que “*antes Rainha um dia do que Duquesa toda a vida*”.

Eu agora diria um bocadinho ao contrário, O Sr. Presidente quase que quer deixar de ser o Rei, ou a Rainha, desta Assembleia para passar novamente para o lugar de Duque. Permita-me esta provocação irónica.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, queria deixar uma sugestão em relação ao artigo 10º, que tem a ver com o local de realização da Assembleia Municipal. Uma sugestão, não de alteração do artigo, não é isso que se pretende, mas uma sugestão de funcionamento, e que acho que seria nobre para a democracia Oliveirense e que aproximava os eleitos dos eleitores. A nossa sugestão era a realização de uma Assembleia Municipal por ano de forma descentralizada.

Levarmos as Assembleias Municipais às nossas Freguesias. Realizarmos uma Assembleia Municipal numa das nossas Freguesias isso seria um contributo inexcusável para aproximar esta Assembleia dos eleitores.

Deixava este contributo e esta sugestão para a Mesa, ou para a futura Mesa, poder ter essa opção.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Podemos aceitar que fizessem chegar à Câmara as propostas em relação a cada um dos artigos porque como calculam agora era um bocado difícil estarmos aqui a ver artigo por artigo.

No entanto, posso responder diretamente a algumas das questões já formuladas.

Quanto à separação dos Grupos Municipais, não me vou pronunciar sobre isso mas não há consenso, ainda, sobre essa matéria.

Se até à próxima Assembleia houver consenso sobre isso, não há problema nenhum em meter isso no Regimento, embora o Regimento seja referente ao funcionamento e não é em relação à separação das pessoas.

Quanto ao tempo por Membro como o Sr. Eng.º Carlos Inácio referiu penso que essa matéria está regulada pela distribuição dos cinco minutos nalgumas situações e dos dois minutos noutras situações.

O problema é que há pessoas, entre as quais eu me incluo, que por vezes utilizam a palavra mais tempo. O Sr. Presidente da Assembleia, tem tentado, em certa medida, regular este assunto com muito bom senso. Mas, se houver uma proposta, podemos rever este assunto.

Não há dúvida nenhuma que se tivermos mais de três ou quatro Pontos, e atendendo ao número de Membros que temos nesta Assembleia, tínhamos que limitar o uso da palavra a dois minutos no máximo. Mas, em dois minutos não conseguimos dizer nada. Estamos aqui numa situação de conflito ente dois opostos que não têm solução, por isso, só o bom senso o resolverá.

Quanto ao tempo da ausência para a comunicação da substituição, a meu ver, e ainda tenho que verificar o que é que está no Regimento, deve ser sempre comunicada a ausência com tempo para poder ser substituído, o que acontece, por vezes, é que os ofícios chegam aqui à última da hora.

O prazo para a convocação da Assembleia está regulado na Lei e está regulado no Regimento. O Presidente da Assembleia tem cinco dias e os elementos devem ser enviados no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prazo de cinco dias, embora a Lei diga que podem ir até dois dias. Eu próprio combati isso em anteriores Assembleias, mas neste momento ficaram estabilizados os cinco dias e, eventualmente, poderemos encarar a hipótese de referir os dois dias.

Quanto ao período de intervenção do público acho que vale a pena colocá-lo no fim do Período de Antes da Ordem do Dia, como também a Dr. Luísa referiu.

Se depois estiverem de acordo eu vou tentar pôr o Período de Intervenção do Público no fim do Período de Antes da Ordem do Dia.

Quanto à questão de recorrer, ou não recorrer, ao Juiz da Comarca? Isso tem que ser sempre o Juiz da Comarca porque isto é uma questão de competência territorial, e a competência territorial de Oliveira do Hospital é da competência do Juiz da Comarca de Oliveira do Hospital e por isso aí não se pode mexer.

Quanto à questão do Regimento dar mais força, quero dizer que o Regimento não pode dar mais força para além daquela que a Lei atribui. Foi Referido que alguns Regimentos dão mais força à Assembleia do que este, mas eu limitei-me, em certa medida a transcrever aquilo que vem na Lei, e a tentar regular aquelas questões que têm trazido mais problemas anteriormente.

A Dra. Luísa Vales agradeceu o facto de estar bem elaborado. Eu penso que fiz o que pude. E quem faz o que pode faz o que deve.

Quanto às dúvidas do artigo 20º e 21º: O n.º 4 do artigo 21º, pode ser uma redundância, como de facto é, mas nem nós, por vezes, nos lembramos no imediato de tudo o que está estabelecido na Lei, quanto mais exigir isso ao público. Isto é também para recordar ao público que o Presidente da Assembleia Municipal, a qualquer momento pode retirar-lhes a palavra no caso de extravasarem o objeto da sua própria intervenção. Ou seja, é uma redundância mas está cá com essa intenção.

O n.º 3 foi aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu aqui e que eu acho que faz sentido. Ou seja, os Senhores Membros da Assembleia e os Senhores Presidentes de Junta é que devem falar das questões de natureza política porque foi para isso que foram eleitos.

No artigo 21º, n.º 2, é referido o seguinte: *“As intervenções referidas no número anterior devem incidir sobre questões de natureza pessoal, social ou comunitária dos intervenientes, não podendo desviar-se para questões de natureza política de reserva dos membros da assembleia”*.

Admito que esta questão possa ser discutida. Eventualmente, façam-me chegar propostas.

A metodologia que me parece mais correta é depois tratarmos artigo a artigo. E os artigos que não tenham contestação ficavam logo arrumados e votávamo-los em conjunto.

Os artigos que merecessem contestação, seriam discutidos aqui e votávamo-los separadamente. Parece-me o mais correto.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto a este ponto dois, não podemos fugir muito disto, sob pena, como disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de alguém poder aqui vir invocar questões de natureza político-partidária, sendo certo que isso pode trazer problemas ao funcionamento da Assembleia.

A Dra. Luísa também referiu que lhe parece muito longo cinco dias para o público se inscrever.

Entre os dois extremos que é inscreverem-se aqui no próprio dia e não se poder saber o que é que as pessoas pretendem falar, até para que eventualmente a Câmara se munir de documentos que lhe possam habilitar a resposta, convém haver sempre um prazo de inscrição. Imagine que uma pessoa do público quer falar sobre determinada questão concreta que o aflige. Convém, também, que a Câmara tenha tempo para se ir munir de documentação para informar essa pessoa. Se damos um período de um dia ou dois, já é complicado.

A experiência que eu tenho, e que me parece que é de não continuar, é as pessoas inscreverem-se à última da hora, contudo, se a Assembleia decidir o contrário, eu também aceito, mas entendo que a inscrição à última da hora impede que quem de direito se informe da inquietação da pessoa, quando lhe poderia responder.

O Sr. Dr. Luís Lagos referiu que a Assembleia pode ser descentralizada. O artigo 10º, n.º 2, diz que “*Por razões de interesse público ou do município, as sessões da assembleia podem ocorrer noutra local dentro da área do concelho*”. Portanto, o Sr. Dr. Luís Lagos não me tinha dito mas eu já tinha previsto essa hipótese.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu registo as palavras do Dr. Rodrigues Gonçalves, mas não concedo quanto ao agradecimento porque de facto o Dr. Gonçalves teve aqui um trabalho que lhe demorou decerto uns dias. Fica-lhe bem a modéstia mas a mim também me fica bem reconhecer.”

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2014/2017 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2014, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do n.º 3 do artigo 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que acompanham a proposta de orçamento.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero informar que temos duas inscrições para o Período de Intervenção do Público. Uma do Sr. Prof. João Dinis e, no seguimento da minha intervenção, o Dr. Paulo Leitão também pediu para usar da palavra em defesa da honra.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu não citei ninguém, mas admito que possa ter alguma legitimidade. Como é a última sessão com este Regimento não quero ser acusado de cortar o diálogo e a defesa e por isso a Mesa decidiu aceitar este pedido. Por este motivo, no final teremos estas duas intervenções do público.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vamos à parte nuclear, à discussão do Plano e Orçamento para dois mil e catorze. Esta é uma discussão que eu acho importante.

Deixei-me confessar-vos que é um Orçamento feito num quadro de extremas dificuldades. Até diria que este é, talvez, o Orçamento mais difícil de sempre no que diz respeito à sua construção.

Não podemos analisar este Orçamento sem termos em conta dois factores que na minha opinião considero fundamentais: O meio económico em que nós nos envolvemos e onde está envolvido o País e, também, o Orçamento do Governo para dois mil e catorze.

Como sabem, não tem sido de agora, mas têm vindo a suceder-se cortes significativos relativamente às transferências do FEF para os Municípios.

A transferência destas verbas está relacionada com a área geográfica, no entanto, há Municípios mais pequenos que têm praticamente a mesma verba, devido aos critérios que estão instituídos.

A elaboração deste Orçamento teve alguns desafios, nomeadamente a capacidade de o reduzir, isto é, todos os Orçamentos feitos até hoje têm um conjunto de elasticidades e este é o primeiro Orçamento que caminha quase para a base zero. Tenho pena de ainda não atingir a base zero. E não chegámos lá porque há ainda uns projetos de candidatura e que têm que estar sinalizados.

Este Orçamento tem ambição e tem também uma realidade que lhe está subjacente, em relação a este Plano, e que se chama equilíbrio financeiro.

Para se construir o projeto do Plano e Opções tem que se saber o que é que nós queremos. Se queremos um Orçamento e um Plano que nos possa conduzir a uma situação de rutura ou a uma situação de equilíbrio financeiro.

Se vos perguntar não tenho dúvidas nenhuma que noventa e cinco por cento dirão que é importante, nesta fase da vida do País, termos também em Oliveira do Hospital refletido no seu orçamento esse equilíbrio financeiro.

Digo-vos também que enquanto for Presidente do Executivo quero que os fornecedores e quero que os nossos trabalhadores recebam a tempo e horas e para isso é preciso uma grande gestão financeira.

Hoje não podia deixar de fazer um agradecimento ao Dr. Paulo Rocha que me assessorou na parte financeira. É um homem do PSD que pôs o Concelho acima dos interesses partidários. Fez um grande trabalho e vejo-o partir com mágoa. Gostaria de ter ficado com ele



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devido ao seu trabalho honesto, pela sua competência e pela forma leal como ele se relacionou comigo. Entre nós nunca houve segredos. Aqui dentro da Câmara não há segredos.

O trabalho que ele desenvolvia era o trabalho do equilíbrio financeiro. Considero este trabalho fundamental. Logicamente que preparei, e ele também me ajudou, e hoje tenho duas pessoas que vão fazer o trabalho do Dr. Paulo Rocha. É a Dra. Ana Esteves e a Dra. Ângela Marques. Ficarão as duas e farão a ligação direta deste trabalho. Não é um trabalho de Contabilidade porque são coisas diferentes. Uma coisa é o trabalho de Contabilidade e outra são as projeções. Estou confiante que vamos continuar a ter esse equilíbrio financeiro porque isto é uma máquina muito pesada. Felizmente a Câmara Municipal tem uma situação financeira estável.

Não é verdade o que se disse no passado. Foi dito que quando nós cá chegamos os cofres estavam cheios de dinheiro e isso não era verdade.

Quando eu entrei a Câmara devia quase oito milhões de euros. Como é que os cofres estavam cheios de Dinheiro? Os cofres só estariam cheios se não houvesse dívidas! Cheios! Era se tivessem dinheiro e se não tivéssemos nada para pagar, nem obras para fazer. Estavam ainda dois milhões de euros em obras do anterior mandato.

Não pedimos nenhum empréstimo, tirando este plano de acordo, que pode ser interpretado como um empréstimo, com as águas do Zêzere e Côa. Não aumentámos o endividamento da Câmara a longo prazo, pelo contrário. Estamos a honrar e a pagar os empréstimos que vêm de trás. Em janeiro, e de dois em dois meses, temos que pagar oitenta mil euros respeitantes ao empréstimo dos cinco milhões de euros.

Este Orçamento está ao nível do Orçamento de dois mil e três. Retrocedemos cerca de dez anos. As Grandes Opções do Plano estão ao nível de dos mil e dois e de dois mil e três. Voltámos dez anos atrás. Isto implica uma discussão diferente.

Continuaremos a apoiar as Juntas de Freguesia com uma verba de quinhentos mil euros. O ideal para que os Senhores Presidentes de Junta fossem homens totalmente livres era que as nossas Juntas de Freguesia tivessem uma verba de um milhão de euros porque ganhavam uma capacidade enorme de não dependência do poder político autárquico. Eu sempre sonhei chegar a este número. Espero um dia poder dar esse valor às Juntas de Freguesia. Este ano são quinhentos mil euros porque não havia outras possibilidades.

Em resumo, traçaria os quatro pilares fundamentais que, na minha opinião, estão subjacentes neste Orçamento: É a Ação Social; É a Educação; É o Turismo e é o Desenvolvimento Económico.

São quatro pilares que eu considero fundamentais.

Quanto ao pessoal é fácil fazer as contas. Este pessoal que nós hoje temos custa-nos quatro milhões e quarenta e seis mil euros.

A emissão das faturas da água custa-nos um milhão e quatrocentos mil euros.

Nos transportes gastamos quinhentos e oitenta e seis mil euros.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nos encargos das instalações quinhentos e quarenta mil euros.

Nos outros bens, que são os bens das nossas equipas gastamos cerca de um milhão de euros.

Nas amortizações anuais dos empréstimos gastamos cerca de seiscentos mil euros. Bastaria não ter nenhum empréstimo para passar esse dinheiro para as Juntas.

Nas Freguesias apontamos para uma verba de quinhentos mil euros, com a possibilidade de atribuímos alguns subsídios e, por isso, o valor poderá chegar aos setecentos e cinquenta mil euros. Há aqui também a possibilidade de atribuição de duzentos e cinquenta mil euros porque alguns Cemitérios e Capelas Mortuárias são executados pelas Juntas mas esses valores não estão incluídos nas verbas dos quinhentos mil euros e, por isso, ficou aqui uma reserva de duzentos e cinquenta mil euros.

Em termos de números, a rubrica da Educação tem alocado um milhão e duzentos e noventa mil euros,

A Cultura, o Desporto, a Juventude, os Tempos Livres tem aqui alocado um milhão de euros mas eu julgo que aqui falta qualquer coisa.

A Ação Social tem um milhão cento e noventa mil euros.

Na rubrica do Desenvolvimento Económico temos uma verba de um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil euros.

Nas Comunicações e Transportes temos um milhão trezentos e setenta e dois mil e quinhentos euros.

Na rubrica da Defesa do Meio Ambiente temos seiscentos e oitenta e dois mil e quinhentos euros.

Na Educação quero dizer que na Ação Social Escolar gastamos trezentos e sessenta mil euros.

Nos Transportes Escolares gastamos quatrocentos e oitenta e seis mil euros.

Nas AEC's prevemos gastar cem mil euros e no Centro Educativo de Nogueira falta-nos fechar as contas que são cerca de cinquenta mil euros.

Também há pouco esqueci-me de referir que o projeto da limpeza das margens dos rios tem que estar todo executado até trinta e um de dezembro de dois mil e catorze. Neste momento estão a decorrer as limpezas nas margens do rio Alva e nas margens do rio Mondego. É a Eng.^a Teresa Dias que está responsável e que acompanha a execução dos trabalhos.

O concurso das Eletrificações Rurais está neste momento em audiência prévia e penso lançar este projeto o mais rapidamente possível. É o Dr. Daniel Dinis que acompanha todo este processo da eficiência energética.

Todos nós que estamos aqui nesta sala deveríamos ter a noção clara que este mandato de dois mil e treze a dois mil e dezassete é o mandato autárquico mais difícil. Vamos ser



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obrigados a mudar muitas coisas porque não temos os mesmos meios. Vai ter que haver uma discussão política de opções com os Senhores Presidentes de Junta. Há Juntas que ainda precisam de muita obra física e outras que necessitam de menos obra física. Temos que reunir e fazer este trabalho coletivo. Entre todos temos que encontrar novas opções porque há um novo tempo político com muito menos recursos financeiros.

Este é o meu compromisso.

Também em termos de pessoal do quadro farei uma resenha do que é que tirámos e informar-vos-ei com números exatos de quantas pessoas aqui trabalham e como é que são seleccionadas.

A Obra da Av. Carlos Campos foi retirada porque, numa reunião com os elementos da Junta da União de Freguesia de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, a obra da rua Virgílio Ferreira foi considerada prioritária. Contudo, se tivéssemos capacidade financeira faríamos as duas obras ao mesmo tempo. Penso que em dois mil e quinze já teremos condições para a podermos realizar.

Neste momento a Câmara Municipal tem comprometido cerca de dois milhões e trezentos mil euros em obras de saneamento, nas obras da Central de Camionagem, nas obras que vão ser lançadas na Lageosa, nas obras da estrada Lourosa/Barril do Alva, que é a pior estrada que tem o Concelho, envergonha-me ela não estar feita neste momento, porque acho que é uma questão de justiça para as pessoas que passam ali.

O Governo cortou-nos nas transferências. Mas fez mais! Cortou-nos nestes investimentos quinhentos e sessenta e cinco mil euros. Estas obras são despesas de capital, não são despesas correntes e isto mostra claramente que o Governo é contra as obras físicas. Estes sinais também estão no Orçamento de Estado.

Este é o nosso Orçamento. Qualquer um poderia fazer diferente, e aceito isso perfeitamente porque são outras visões e são outras formas de ver.

Também já disse e volto a repetir que hoje estou melhor preparado porque a experiência também nos vai ensinando.

Este é o Orçamento possível.

Se me perguntarem se gosto deste orçamento, terei que dizer que dentro das possibilidades tenho que gostar dele mas, se tivesse mais meios, também gostaria de ter outro Orçamento.

As opções são claras. Independentemente de gostarem, ou não, vou continuar com esta política de criação de estágios para os nossos jovens. Hoje irei dar-vos números rigorosos para verem quem é que cá está. Não meti cá pessoas de quatro famílias. A Câmara Municipal até perdeu trinta e oito funcionários. Mas já irei falar sobre isso e darei os números exatos das pessoas que cá estão a trabalhar.

Garanto-vos que enquanto eu for Presidente e enquanto houver estagiários que recorrem à Câmara Municipal porque não têm uma oportunidade de trabalho, e desde que nós



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenhamos onde os encaixar, eles fazem aqui os seus estágios. Sinto-me muito feliz por termos cerca de 80% de jovens licenciados que estão aqui a executar um trabalho. Ouço os pais destes jovens e percebo a angústia destes pais. Eles sabem que no fim do estágio não podem ficar na Câmara Municipal porque estamos obrigados a reduzir pessoal e por isso não se pode enganar estes jovens mas é um ano em que eles têm o seu vencimento e ficam junto das suas famílias.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais queria fazer aqui um esclarecimento. Às vezes as palavras e as expressões não são as mais corretas e podem fazer com que se façam más interpretações.

A Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços não é culpada nem influenciadora da questão da Av. Dr. Carlos Campos. Contudo, numa reunião com o Executivo da Câmara Municipal e com Executivo da Junta, foi-nos questionado quais eram para nós as obras principais. Fico-me por aqui porque eu já iria tocar na questão da rua Dr. Virgílio Ferreira e vão perceber porquê!

Vejo que este é um Orçamento rigoroso até porque para além dos cortes financeiros existe também a Lei dos compromissos que em muito condiciona o exercício prático das vossas funções. No entanto, cabe-me insistir em determinadas reivindicações.

Para quando a requalificação da rua Dr. Virgílio Ferreira e algumas artérias contíguas? Continuamos, nessa zona, a carecer de passagem pedonal. Em determinados espaços as pessoas continuam a circular na faixa rodoviária porque não têm outra alternativa. Ainda teremos que esperar mais um ano?

É aqui que está a principal prioridade e é aqui que está a razão do Executivo da Junta ter abdicado da Av. Dr. Carlos Campos e ter dado preferência à Rua Dr. Virgílio Ferreira. Enquanto na Av. Dr. Carlos Campos não habita lá ninguém, temos sim alguns serviços como os Bombeiros, a GNR e o Pavilhão Desportivo Municipal, pelo contrário, desde a artéria que vai da descida da Santa Ana até à saída do Chão da Bispa temos muitos habitantes. Neste percurso há muros caídos, não há passeios, há valas profundas e as pessoas correm o risco de serem atropeladas.

Também gostaria de saber como está a situação da requalificação da Zona Histórica? Para quando o arranque das obras? Neste caso já não falo de prevenção e segurança mas falo no potencial turístico e na preservação e revitalização do nosso património histórico.

Em relação ao Ensino quero congratular-me, mais uma vez, pela atenção dispensada nesta área. O ATL é uma responsabilidade dos pais. O ATL não é uma responsabilidade dos Município, não é das Escolas nem das Juntas de Freguesia e, ao longo destes anos, os vários Executivos que têm passado pela Junta e pelo Município, deram esta mais-valia aos pais.

Quanto à questão da ESTGOH queria pedir à Dra. Cristina Oliveira que se solidarize com todos nós e que seja também ela, em Coimbra, em Lisboa, ou noutro espaço, mais uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

voz ativa na defesa desta Escola Superior neste Concelho tendo em conta as suas influências político-partidárias.

Também sou Oliveirense e a certa altura a Dra. Cristina Oliveira na sua intervenção disse que saiu daqui aos quinze anos porque este Concelho não lhe deu oportunidades: Pelo que sei, o ensino local por essa altura já era considerado dos melhores em termos de região e, como tal, não vejo qual é que foi a oportunidade que lhe foi proporcionada fora daqui? Melhor ensino? Melhores professores? Melhores escolas? Talvez por isso é que seguiu a área profissional que seguiu e chegou, em termos de responsabilidade no ensino, onde chegou! Talvez por isso é que foi uma das vozes na defesa e manutenção do ensino de proximidade e neste caso mais específico na defesa das nossas escolas e contra o seu encerramento! Desejo que seja, também, a Dra. Cristina Oliveira, uma das mais-valias em prol da defesa dos superiores interesses deste Concelho e região, e não, mais uma simples representante que colocará os interesses partidários acima dos interesses do Concelho.

Dra. Cristina, peço-lhe mais coerência em determinadas afirmações. A defesa da honra é para ser usada quando há ofensas à integridade. O oportunismo no uso da palavra para outros fins “divagativos” e “teatreiros” é que eram dispensáveis, ainda mais, quando, a meu ver, não lhe deveria ter sido dada a palavra. As competências dos intervenientes na Assembleia são específicas e bem claras.

Em relação ao Apoio Social e ao investimento nele feito quero também congratular-me com o Executivo.

Não sou contra as colocações e as oportunidades que foram dadas pelo Município a determinadas pessoas e principalmente aos jovens, ainda mais, quando há programas financiados para o efeito.

O que eu espero, acima de tudo por uma questão de credibilidade, sustentação e bem-estar para o próprio profissional, é que estas colocações tenham fundamento mediante as próprias necessidades do Município.

Não terá nenhuma lógica as pessoas virem para aqui passar o dia todo, ou uma parte dele, sem serem úteis. Caso contrário, estaremos aqui a proporcionar de mais um mau hábito e de um incentivo ao comodismo e ao facilitismo. Isto é: Em vez de resolvermos um problema estaremos a arranjar outros.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Pretendo saber se temos novidades em relação ao “mal fadado” IC6?

É hábito neste País juntarem Cultura, Desporto e afins numa só rubrica. É possível percebermos de facto qual é a verba alocada a cada uma destas atividades que estão incluídas nesta mesma rubrica?

Depois, quero congratular-me com o assumir da defesa da ESTGOH por parte deste Executivo, nomeadamente nas Grandes Opções, e perceber que de facto o empenho é total na sua manutenção e até mesmo no seu crescimento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente e genericamente ao Orçamento e às Grandes Opções percebermos que vivemos numa época em que a austeridade e os cortes são “a direito”, os interesses defendidos são os dos grandes grupos económicos. Percebemos que aqui em Oliveira do Hospital continuamos a ter o Município cuja gestão está virada para a defesa do Apoio Social e bastar-me-ia isso para ter que votar favoravelmente este ponto.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Começo a minha intervenção com as Grandes Opções do Plano, sem antes dizer, ao Sr. Presidente da Câmara que hoje lhe vou dar razão.

Costuma dizer-me que não estou a par de alguns assuntos. Hoje eu tive a perfeita noção de que não estou a par de alguns assuntos deste Concelho. Mas também não estou muito interessado em estar. Acho que são problemas internos que as pessoas devem resolver e lamento termos de perder aqui algum tempo para resolver questões que não interessam muito aos Oliveirenses.

Feita esta consideração vou basicamente fazer questões e espero que depois me sejam respondidas.

Quanto às Grandes Opções encontro aqui, e agora vou lendo, porque também já vi que é perigoso não ler porque fui acusado de ter dito e, na verdade, agora que as gravações estão transcritas para a ata espero que me mostrem onde é que estão as afirmações que me acusaram de eu ter feito.

No primeiro eixo nós concordamos plenamente com ele. Acho muito bem. É um eixo que estava definido na campanha do PS. É um eixo de “*diagnóstico e acompanhamento exaustivo da situação social, mormente dos cidadãos e famílias carenciadas*”. Estamos plenamente de acordo com esta prioridade.

Mas, depois vem o segundo eixo e aqui é que começa o desacordo.

No segundo eixo diz que é o “*rigor na gestão das finanças municipais*”. Isto ser um eixo prioritário! A mais não somos obrigados! Isto é uma obrigação. Nem há outra opção. Temos que ser rigorosos. Mal feito fora se pudéssemos não ser isto. Isto é uma condição. Eu esperava que entrasse aqui o segundo eixo prioritário que foi proclamado há quatro meses, que era o desenvolvimento económico como motor da criação da riqueza e bem-estar. Era este obviamente que deveria estar aqui como segundo eixo prioritário. O que acontece é que assim podemos resumir isto a duas palavras, ou poderíamos resumir, porque só temos aqui o repartir e corremos o risco de, e estamos a repartir bem, já disse isso, mas se só repartirmos estamos a criar condições para que no futuro não haja nada para repartir, ou haja cada vez menos. Portanto, era necessário que estas Grandes Opções tivessem também uma componente que era o “semear”, que vinha na linha do vosso desenvolvimento económico como motor da criação de emprego.

Depois, na página dois, vejo, e aí estamos de acordo porque o desenvolvimento económico não aparece nas Grandes Opções como segundo eixo prioritário porque na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verdade neste quadro vemos que há uma dificuldade nas receitas. Diz-se aqui que o aumento das receitas só pode ser por via de tarifas, taxas e impostos.

Exatamente aquilo que o PS critica no Governo. E que eu também critico. Não houve aqui um rasgo para tentar através do desenvolvimento económico potenciar para o futuro mais receitas.

Quanto ao deficit, que está aqui transcrito, das águas de cerca de um milhão de euros, nós concordamos que há que fazer algo para reduzir este deficit e por isso estamos planamente de acordo.

Também é aqui referido a componente muito significativa dos recursos com os custos com o pessoal. Na verdade é uma componente que ronda os quatro milhões de euros e que é muito significativa. Nós não compreendemos, e o Sr. Presidente irá explicar, porque é que há estas necessidades de colocar mais oito funcionários para a Câmara Municipal, que ficarão em cerca de cento e cinquenta mil euros anualmente?

Será fundamental para a Câmara mais um Geólogo, um licenciado em Estudos Artísticos e outro em Estudos Portugueses e Lusófonos? Será que isto é fundamental nesta situação e neste quadro? Pode ser que seja! Mas, depois o Sr. Presidente dirá!

Depois vem aqui a indicação para a redução dos subsídios, quer às Coletividades quer ao Desporto, e basicamente selecionar as escolhas e formular as opções com o qual também concordamos em teoria e depois vamos ver como é que essa seleção e como é que essas escolhas vão ser feitas.

Gostaria que o Sr. Presidente me informasse, como diz que este novo Orçamento tem valores de há dez anos atrás, se os apoios ao Desporto e às Coletividades também estão em consonância com os apoios que eram dados há dez anos?

Quanto à Educação que é referenciado também como um dos pilares, perguntava, e está aqui referenciada a requalificação de algumas escolas do primeiro ciclo e inclusive de Oliveira do Hospital, se para estas Grandes Opções do Plano para a Educação foi tido em conta o Projeto Educativo que foi feito e aquele estudo que foi contratualizado e se esse estudo foi tido em conta aqui nestas Grandes Opções?

Também pergunto se a Escola EB1 de Oliveira do Hospital em termos futuros tem capacidade para albergar todos os alunos, de acordo com esse estudo?

Quanto à Escola Superior de Tecnologia e Gestão: Já hoje aqui falámos nos métodos de defesa e se for preciso vamos para a rua. Mas, na verdade não concordamos com os métodos. Nestes métodos também tem que se fazer um bocadinho de escola.

Há pouco acusaram-me, mas os professores não podem usar métodos muito violentos, como o que vimos agora aqui. Não posso estar a pedir a alguém que me ajude e logo a seguir criticar e “descascar”! Se estamos todos aqui para defender o bem para Oliveira do Hospital, não podemos pedir ajuda e depois... “toma lá que é democrático”, e fazemos política pura e dura.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se eu quisesse, hoje, fazer aqui política pura e dura toda agente sabe que tinha muito por onde pegar!... Mas isso não me interessa. Os meus atos correspondem às palavras. Eu disse que vinha para ser parte da solução, não venho para ser parte dos problemas, e pelo que estou a ver não somos nós que os criamos. Problemas há aqui muitos mas têm que os resolver.

Quanto ao Desporto: Eu também já ouvi as declarações do Sr. Presidente e aí estamos de acordo. A nível de apoio ao desporto ele deve ser dado basicamente à formação e deve ser dado para a ocupação dos nossos jovens ao nível da formação. Os escalões profissionais têm que criar mecanismos autónomos para se autofinanciarem, há semelhanças dos outros, agora temos o exemplo do Sporting que foi buscar jogadores à sua formação, e os clubes do nosso Concelho também podem aproveitar os jogadores das formações uma vez que não há recursos.

Em termos de Juventude e Tempos Livres o que vem aqui neste memorando que o Sr. Presidente elaborou tem um evento. Não temos nada a opor contra o evento para a juventude mas parece-nos pouco em termos de Juventude e Tempos Livres.

Também defendo o princípio que só devemos dar sugestões quando elas nos são pedidas mas, vou-me atrever a dar alguma sugestão pode ser que alguma coisa destas já esteja feita: Aqui para os jovens, e à semelhança com o que acontece noutros lugares, a Câmara poderia fazer protocolos com os Clubes que recebem subsídios para que depois também ocupassem os nossos jovens em tempos de férias, porque na verdade, às vezes, as famílias veem-se com dificuldades para colocar as crianças durante as férias. Se já existe acho que se deve reforçar e continuar.

Quanto à Família, Solidariedade e Ação Social, estamos plenamente de acordo. Já aqui fizemos um elogio hoje. Não temos nada a opor antes pelo contrário só temos a elogiar.

Quanto aos ATIVOSOCIAIS também é referida a intenção de integrar estes ATIVOSOCIAIS nas empresas. Acho muito boa ideia, até por uma questão de transparência política, passar isto para as empresas. Porque não? Já que estamos com falta de recursos. Depois poderíamos isentar das taxas as empresas que contribuíssem com empregos para este projeto dos ATIVOSOCIAIS.

Também é referida a intenção de manter a renovação/requalificação das habitações dos bairros sociais o que estamos plenamente de acordo.

Quanto à requalificação da Av. Dr. Carlos Campos já aqui foi falado. Devíamos ser transparentes nesta Assembleia, às vezes faltam-nos dados e depois somos acusados de não ter conhecimentos. Já ouvi aqui várias justificações: Falta de dinheiro; Prioridade nos projetos e pelos vistos não se confiar no empreiteiro. Há sempre muita justificação. Há de haver uma. E depois quando são muitas justificações ficamos sempre na dúvida se estamos a falar verdade ou se é a justificação correta.

Quanto à criação de uma equipa multidisciplinar que está aqui neste memorando também já aqui foi tratada e foi aqui aprovada. É uma das maneiras para reduzirmos aquele deficit de um milhão de euros que temos com as Águas do Zêzere.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, em termos de Proteção Civil também não temos nada a opor áquilo que se faz e aos subsídios que se dão. Acho que também já está a ser executado, sou um dos grandes defensores da vigilância e até como ocupação dos tempos livres dos jovens em férias, também já está a ser feito e eu acho muito bem e que se deve reforçar porque é um bom projeto.

Quanto ao Turismo, ainda agora o Sr. Presidente reforçou que é uma aposta mas pelo que está aqui no memorando e pelos valores que lá estão não podemos dizer que é uma aposta. Temos que falar verdade. O que se escreveu aqui para o Turismo reside na criação do Camping-Car do Parque do Senhor das Almas e ainda por cima escreveu que *“tanta discussão recentemente originou”*. Não vamos entrar nisto! Não houve aqui discussão nenhuma. Aqui nesta sala eu só fiz uma alternativa ao projeto. Tanto que nós nos abstivemos. Eu só disse que prioritariamente não era ali. Havia outros locais no Concelho onde era prioritário. E não pô-lo numa via que é uma via de passagem. Foi só isso! Foi só uma ideia diferente! E uma ideia diferente não gera discussão, tanto que foi aprovado com cinco abstenções. Onde é que há aqui este dilema todo! Ninguém foi contra o projeto. Só que a prioridade não era para ali, era para outro sítio que não aquele.

O programa eleitoral de Nogueira do Cravo não é o meu programa. Eu não fui eleito por Nogueira do Cravo, nem pela Bobadela. Eu fui eleito pelo Concelho de Oliveira do Hospital. Espanto-me muito que só agora é que o Presidente venha pedir com um projeto tão bem elaborado para ser ouvido, um projeto que já está aprovado.

Quanto ao inquérito às empresas eu acho que é mais um empurrar para a frente. Toda a gente sabe quais são as necessidades das empresas deste Concelho. É o empurrar para a frente de não querer fazer nada. As empresas precisam de pessoal formado.

A nível de custos energéticos se pudéssemos um dia ter aqui o gás seria ótimo para as empresas a nível do tratamento dos seus resíduos seria ótimo e isso ajudaria as empresas.

Claro que eu esperava ver aqui, e é por isso que me espantou muito, os quinhentos mil euros para apoiar as microempresas que foram publicitados em campanha.

Por último tenho aqui a situação, e que também está no nosso programa eleitoral, que era dar alguma dignificação à nossa Zona Industrial.

Modernizar os Estaleiros Municipais gastando novecentos mil euros! O que é que se vai fazer àqueles estaleiros? Claro que é faseado mas no total são novecentos mil euros! O Sr. Presidente vai-nos explicar o que é que vamos fazer àqueles estaleiros.

No que diz respeito à aposta na Inovação e Conhecimento temos aqui a BLC3. Pergunto também ao Sr. Presidente se tem algum estudo quanto aos benefícios para o Concelho provenientes da BLC3?

Pergunto também se o IPC, a Universidade de Aveiro e Universidade de Coimbra continuam parceiros da BLC3?

Era isto que eu tinha a dizer quanto às Grandes Opções do Plano.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Espero que as próximas intervenções sejam dentro dos limites porque se não vai chegar a hora do jantar e ainda vamos estar aqui.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção declaração de voto:

“Quero dizer que, ao contrário de muitas pessoas, estou aqui também a representar os Oliveirenses.

Há muitas pessoas que estão só a vestir a camisola dos partidos políticos mas acho que temos que dar uma ideia diferente. Aqui somos representantes das pessoas de Oliveira e por isso temos que colocar os interesses das nossas populações e o nosso próprio interesse enquanto Oliveirenses em detrimento do partido.

Hoje estamos aqui para conhecer e debater as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital para o exercício de dois mil e catorze.

Ao desfolhar em casa estes documentos pensei que encontraria algo que fizesse a ligação entre eles e o nosso Concelho. Tal não aconteceu.

Pensei que encontraria soluções e respostas. Tal não aconteceu.

Fiquei sem saber o que pretende, realmente, este Executivo para Oliveira do Hospital.

Fiquei a conhecer, unicamente, um conjunto de dados que, infelizmente, não retratam a visão que o Executivo tem para o futuro do nosso concelho.

Não vi neles fixados as principais orientações do Município, que permitissem situá-lo num contexto concorrencial entre Municípios, em que se concorre cada vez mais com o vizinho do lado para conseguir financiamentos, para manter e atrair empresas e habitantes.

Não há, infelizmente, uma formulação estratégica relacionada com o uso eficiente dos recursos existentes, sejam, eles patrimoniais, financeiros materiais ou das pessoas.

O nosso Concelho tem que ter eixos competitivos delineados e definidos, que permitam mensurar as suas políticas, resultados e estratégias. Tal, visivelmente, não existe ou tão pouco se faz.

Quais são as estratégias que o Executivo definiu, como por exemplo, para atrair novos turistas ou empresas?

O que nos pode diferenciar dos outros Concelhos, mais próximos ou distantes?

Que estratégia temos para a Educação Superior no nosso Concelho?

Será que é o bastante construir as novas instalações da ESTGOH?

Aprofundando um pouco mais a minha análise a estes documentos fico com a perceção que os mesmos não vão de encontro às reais necessidades dos Oliveirenses e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parecem ter em pouca consideração a difícil situação do país e dos portugueses que, vítimas de anos de incúria, de despesismo e de falta de rigor sofrem agora as consequências da falta de seriedade de muitos políticos.

As Câmara Municipais, como instituições públicas que são, não se podem dar ao luxo de pensar e agir como se fossem um estado dentro de outro estado. Governar uma Câmara Municipal é uma tarefa muito importante, que exige rigor e sabedoria uma vez que controla e dirige os destinos de um povo, neste caso, dos Oliveirenses.

Significa ter a oportunidade de melhorar o bem-estar das pessoas, de todas as pessoas. Contudo, pensar nas pessoas não pode ser dar tudo sem olhar a meios, sem pensar no futuro, apenas para satisfazer popularidades efémeras e alimentar as apetências vorazes de clientelas políticas que apenas visam a satisfação pessoal ou a eternização no poder.

Os recursos disponíveis não são inesgotáveis! Contudo, as potencialidades existentes no nosso Concelho são evidentes e muito importantes. Infelizmente estas potencialidades não têm sido aproveitadas, executivo após executivo.

Lamentavelmente, este Orçamento não revela ambição, muito menos planificação e ainda menos estratégia para o futuro.

É necessário prestar um serviço público de qualidade e satisfazer as necessidades das populações do Concelho mas há que fazê-lo procurando a máxima eficiência, aproveitando os recursos existentes e gerindo as pessoas de forma a tirar partido das suas capacidades e, desta forma, poupando na despesa.

A Educação é um pilar importante mas não será dois mil e quinze um pouco tarde para a construção da ESTGOH?

Se realmente se queria mesmo fazer esta escola, não deveria ter sido feita há mais tempo?

E porque não cumpriu o Sr. Presidente a sua promessa de construção quando iniciou funções no seu primeiro mandato?

Consegue garantir que vai fazer a escola e que a mesma não vai fechar?

Não será arriscado investir três milhões de euros num edifício que um dia poderá ficar vazio e a degradar-se como aconteceu em Lagares da Beira com a ACIBEIRA?

Será que a Cultura se esgota em apoio a instituições que, em alguns casos, pouco fazem pela cultura?

Não deveria ser o nosso dinheiro dado com mais rigor e somente a quem realmente o merece?

O Desporto é também um ponto a ser estudado com cuidado. Pergunto-me também se haverá necessidade de construir mais polidesportivos como, por exemplo, em Nogueirinha. Do que as pessoas se queixam em Nogueirinha é da falta de água no Verão e de não terem saneamento básico em alguns pontos, não se queixam de não ter um local para jogar à bola, tanto mais que a um ou dois minutos têm um polidesportivo em Meruge.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sou defensor de uma maior autonomia, acompanhada da devida responsabilização e controlo das Juntas de Freguesia e, por esse motivo, muito me admiro ver inscritas em algumas rubricas, para algumas instituições sem fins lucrativos, valores mais elevados do que para as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia podem e devem fazer muito mais.

Apesar de todas as restrições que estão a ser impostas, haveria lugar para se fomentar um projeto de desenvolvimento que trouxesse mais-valias para todos os Oliveirenses, o que não acontece por falta de visão, por falta de estratégia deste Executivo.

Algo que é exigível é mais transparência, não podendo ser aceitável a existência de rubricas consideráveis como, por exemplo, “aquisição de bens e serviços” ou outros serviços, no valor de dois milhões quatrocentos e oitenta mil seiscientos e vinte e quatro euros.

Será que a Câmara está preparada para assumir a despesa de manutenção das infraestruturas e equipamentos que está a construir e que se propõe construir?

Será que o que traz qualidade de vida aos Oliveirenses são a construção de polidesportivos e campos de futebol sintéticos, entre outros, ou serão por exemplo estradas dignas, entradas decentes no Concelho, principalmente na cidade, ou redes de esgotos e de água para o máximo possível de pessoas?

Não se pede ao Executivo Camarário, devida à crise, que deixe de prestar o necessário apoio aos Municípios, nomeadamente aos mais idosos, aos mais jovens ou àqueles a quem o desemprego bateu à porta.

Não se pede que se deixe de prestar os serviços essenciais que os Oliveirenses esperam ou ainda que não respeite os direitos dos seus trabalhadores.

Não se pede que cesse os apoios às Associações e às Coletividades.

O que se pede, necessariamente, é mais rigor e controlo no dinheiro que se distribui.

Deveria ter-se feito um esforço, como aconteceu em alguns Municípios, reduzindo o número de Vereadores, de Assessores e de Avençados, dando desta forma um sinal aos Municípios de que o esforço é de todos.

Deverá o Executivo ter mais cuidado com as contratações previstas, com os seus critérios e, fundamentalmente, sobre a sua necessidade.

Julga ainda o Executivo, por exemplo, que o investimento previsto para o estaleiro municipal vai trazer alguma mais-valia para o Concelho ou vai contribuir para a fixação de empresários?

Não seria mais útil deslocar o estaleiro para outro local e libertar esse terreno para a implantação de alguma empresa e realizar um investimento mais sério na Zona Industrial?

É exigível a este Executivo uma governação mais responsável e transparente onde se promova a poupança de recursos, sejam eles financeiros ou materiais, sem que se comprometa o serviço a prestar ao munícipe.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelas razões acima apontadas, não posso dar o meu voto favorável a este Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano.

Para finalizar quero dizer que esta é a minha opinião e que não vincula ninguém da minha bancada.

Também quero dizer que quando venho aqui conversar um bocadinho convosco as coisas que eu digo são a minha opinião, não venho aqui trazer recados de ninguém nem preciso que me escrevam as coisas. Eu sei muito bem o que quero e sei bem o que digo.

As ideias que aqui trago não são uma crítica direta ao Orçamento mas sim á falta de sabermos de quais é que são os objetivos das coisas. Para onde é que nós estamos a caminhar? Nós não sabemos. Eu pelo menos não sei! Ainda não me chegou nenhum jornal a casa com essa informação. Mas era uma coisa útil que poderiam fazer.

Quais é que são realmente os objetivos?

Obrigado pela vossa atenção.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Nunca me apercebi que alguém encomendasse esse tipo de recados.

Também recomendava que quando trouxessem discursos escritos tenham o cuidado para que não ultrapassem mais do que cinco minutos. Temos que cumprir as regras.

Na segunda vez que eu trouxe um discurso escrito o anterior Presidente deixou de falar comigo.

Não podemos de facto continuar com este nível porque mais uma vez a intervenção demorou mais do que cinco minutos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por concordar com o Sr. Presidente da Câmara, o Orçamento é de facto é um Orçamento difícil.

Quem está deste lado tem uma visão completamente diferente e não vale a pena fazermos demagogia sobre isso, é muito fácil chegar a este microfone e dizer temos que baixar a despesa. Não podemos subir a receita. Acontece o mesmo no País.

É fácil dizer isto mas depois a despesa é muito rígida e é extremamente difícil para quem tem o poder Executivo de um dia para o outro conseguir mudar o que muitas vezes não se consegue mudar em décadas. Eu não criticaria este Orçamento por isso.

Acho, de facto, que é um Orçamento difícil. É um Orçamento que apanha o País num constrangimento financeiro difícil e é um Orçamento que tem uma grande mais-valia. Essa mais-valia deve ser referenciada porque deve servir de base para todos os orçamentos futuros. É um Orçamento quase de base zero. Isso é fundamental para a transparência e para a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

credibilidade das contas públicas e para a credibilidade das contas Municipais. Aí tem o meu reconhecimento e o meu aplauso.

Também é um Orçamento que corrige tarde, e aí é que critico o Sr. Presidente da Câmara, porque isto já devia ter acontecido no mandato anterior, o problema da água.

O problema da Água não é de hoje. O problema da água já é do tempo do Prof. Mário Alves. O deficit tarifário existente na água é um problema que tem muitos anos.

Nós andámos a utilizar o dinheiro dos contribuintes para pagar a dívida do utilizador. O utilizador de água viu o contribuinte do Município pagar-lhe a sua própria água. Eu se consumir dez metros cúbicos e pagar um valor inferior, eu tive durante estes anos todos o contribuinte a pagar-me a minha conta da água. Isso vai continuar a acontecer mas agora de uma forma mais reduzida. Portanto, estamos no bom caminho para a redução do deficit tarifário que deve ser corrigido.

Isto é corajoso. Um membro da oposição dizer isto, eu acho que é corajoso! Eu estou a dizer ao Sr. Presidente da Câmara que tem que subir as taxas que tem que subir o imposto, e se isto não é estar do lado do Município, e se não é não vestir nenhuma camisola partidária, também não sei o que é!

Depois, dizer-lhe, Sr. Presidente, que não vou poder votar favoravelmente este Orçamento porque não me sentiria bem comigo próprio se votasse um Orçamento que tem inscrito numa rubrica de Desporto setecentos e trinta e um mil euros e para Espaços de Localização Empresarial e de Incubação só tem duzentos e onze mil euros. Estamos a falar de três vezes menos.

Um Orçamento que tem uma aposta superior, três vezes mais, no Desporto do que tem em Espaços de Localização Empresarial e de Incubação que são exatamente aquilo que o Concelho precisa, e aí louvo as intervenções anteriores, que não concordaram com este ponto, o Concelho para crescer precisa de uma estratégia, e essa estratégia está definida e eu sei que o Sr. Presidente também a tem, mas precisa de uma estratégia de crescimento económico. E não há crescimento económico sem empresas. Quem pensa o contrário, e pensa que o crescimento económico advém de investimento público, está redondamente enganado. Isso foi o que nos trouxe até ao clima financeiro que temos hoje no País. Isso são medidas *Keynesianas* que o Partido Socialista sempre apoiou de forma errada e que desembocaram na corda em que hoje estamos amarrados e portanto acho que não é caminho.

Não é caminho ter um Orçamento em que o Programa Municipal de Fomento Empresarial tem noventa e cinco mil euros e uma só rubrica do Orçamento da Cultura tem cento e quinze mil euros, numa só rubrica de Equipamentos e Parques Infantis tem a dotação de cem mil euros.

É um caminho, é uma aposta, é nobre e é de relevar também o trabalho que o Executivo Municipal tem feito na área Social, sou o primeiro a aplaudi-lo, mas é preciso mais na componente empresarial porque no futuro se essa componente empresarial não for desenvolvida no nosso Concelho, e o PS também tem grandes empresários que podem falar disto dentro do próprio PS, se nós não desenvolvermos as empresas que temos, porque num



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

País em crise também é possível existirem empresas a crescer, num País com dificuldades financeiras também é possível ter Concelhos a crescer e com desenvolvimento económico, e se nós não conseguirmos ter uma dinâmica empresarial mais forte, que crie empresas no setor privado, e que crie emprego no setor privado, há um constrangimento do Concelho a todos os níveis.

Até a comunicação social que se vê obrigada a ser financiada por dinheiro público. Isto também não é saudável por mais independência ou transparência que a Comunicação Social tenha, e sei que tem, e por mais independência e transparência que o Sr. Presidente também tenha, mas não é saudável ter este clima num Município onde tudo é financiado por dinheiro público. Isso não é bom.

Só se consegue inverter esse ciclo se tivermos crescimento económico através de empresas.

O meu voto também não é contra porque dou o benefício da dúvida.

Também já foi referido por dois elementos que me antecederam, e o Sr. Presidente também tem essa vontade, e acho que devemos caminhar para isso, mas, as Freguesias têm que ter mais dinheiro.

Nós não podemos ter, e aí o Sr. Presidente desempenhou um grande trabalho nos últimos quatro anos, com o Prof. Mário Alves isto era um constrangimento terrível, toda a gente tinha que vir ao beija-mão, terminou com isso e terminou muito bem.

É preciso alavancar financiamento para as nossas Freguesias. Foram quinhentos mil euros mas que no futuro tenhamos as nossas Freguesias com o tal milhão de euros para que elas possam crescer, descentralizando poder e descentralizando competências.

Hoje há gente muito competente nas Freguesias que conseguem desempenhar um bom papel em todas as áreas com grande eficiência e com grande capacidade e são eles os que estão mais próximos do cidadão.

Termino com uma abstenção. Tenho pena de não votar a favor.

A minha abstenção não é por ser do CDS é porque acho que o caminho, dentro do investimento e dentro do pouco dinheiro que existe, seria numa aposta não tão grande na área social mas apostando e referenciando mais na área do desenvolvimento económico e, obviamente, numa época de crise tão acentuada dinheiro desperdiçado no Desporto em excesso é uma menos-valia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar nesta análise do Orçamento e para sabermos do que é que estamos a falar é preciso dizer-se que estamos em Oliveira do Hospital, estamos neste Município do interior e que estamos integrados no País que estamos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quando se vem aqui criticar a aposta estratégica da Câmara Municipal no desenvolvimento económico, que é fundamental para a criação de emprego e para que as pessoas fiquem radicadas no nosso Concelho, todos nós sabemos exactamente e temos a perfeita noção, a não ser que alguns não tenham, da situação que este Governo e do garrote que este Governo pôs neste País.

Todos nós sabemos o que é que aconteceu nos últimos anos quanto aos dinheiros do QREN.

Todos nós sabemos que foi praticamente parado o investimento neste País de uma forma que nunca tinha acontecido no passado.

Todos nós sabemos das grandes dificuldades que este Governo causou às empresas deste País.

Todos nós temos consciência do número de falências que ocorreram nos últimos anos neste País.

Todos nós temos consciência disto...

E quando dizem que este Município e que este Executivo Municipal tem falta de estratégia para o futuro deveriam dizer que foi este Governo que fez os cortes que fez aos Municípios deste País e que fez com que muitos Municípios deste País estejam hoje numa situação sem grandes perspectivas de futuro. É preciso que isto seja dito, meus amigos. Não é só chegar aqui e apontar o dedo ao Município, ao Orçamento ou à falta de estratégia.

Se no País não temos estratégia nenhuma como é que os Municípios com todos os cortes que houve podem ter uma estratégia?

Há uma coisa que nós sabemos: Há despesas. E o Município sabe, e toda agente sabe, a não ser que esteja de má-fé, que há despesas a que este Município não pode fugir.

Dizer-se que está a gastar no Desporto. Mas neste caso tenham a coragem de dizer que há aqui uma fatia grande que são subsídios a Grupos Desportivos e a Associações. Tenham a coragem de vir aqui dizer: Sr. Presidente corte em x por cento os subsídios a estas entidades. Tenham essa coragem e assumam-no publicamente.

Devo dizer que, dentro do que li aqui, há uma particularidade que, efetivamente, não é de agora e que já vem atrás e que já foi aqui reconhecido. A candidatura do Partido Socialista dizia que as pessoas estavam em primeiro, obviamente que aqui está espelhada essa intenção.

Congratulo o Sr. Presidente da Câmara pela continuação do programa dos ATIVOSOCIAIS porque é efetivamente um programa de todo o interesse e para que não haja confusões na cabeça de ninguém o programa dos ATIVOSOCIAIS não tem a ver com a Câmara diretamente. Só quem estiver de má-fé é que pode apontar o dedo e fazer esta acusação. A Câmara, e muito bem, subsidia este programa para que as entidades do Concelho, sejam elas quais forem, possam ir buscar pessoas ao desemprego e possam, efetivamente, dar alguma esperança e algum rendimento a essas pessoas. Sejamos justos e não queiram andar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui a mandar com atoardas para o ar apontando o dedo em direções que não são exatamente as mais corretas.

Já todos nós percebemos que os investimentos em obra física estão como estão cabimentados. Mas isto é um sinal que vem do Governo desde a primeira hora.

Esperamos melhores dias e esperamos que o novo Quadro Comunitário para dois mil e catorze a dois mil e vinte traga boas notícias para os investimentos porque se isso não acontecer vamos continuar na mesma.

Ninguém tenha ilusões. Se não houver verbas da parte do FEF se não houver verbas por Parte do IMI e das outras receitas que a Câmara tem, meus amigos, seguramente, e nesse caso só há um caminho se quisermos fazer alguma coisa, vamos fazer empréstimos. É isso que se pretende? Esta é a questão: Onde é que vão inventar o dinheiro?

É a isso que eu gostava que me respondessem as pessoas que vieram aqui apontar o dedo.

Quero dizer que saúdo, e espero que seja uma boa notícia para breve, a questão da construção da nova Extensão de Saúde do Ervedal assim como de Avô que está aqui também espelhada. Tanto quanto eu sei, a curto prazo poderão vir aí boas notícias.

Obviamente que vou votar a favor este Orçamento.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“É de facto um enorme prazer estar aqui hoje nesta nobre casa a representar o povo do Concelho de Oliveira do Hospital que através do seu voto nos elegeu. É uma honra desempenhar esta nossa função.

Esta nossa função tem que ser desempenhada com coerência e com objetividade.

Sobre o Orçamento e sobre as Grandes Opções do Plano para o próximo ano é de facto importante termos alguma coerência naquilo que dizemos.

Eu vou votar a favor e concordo com tudo aquilo que o Sr. Presidente da Câmara referiu porque independentemente de nós querermos fazer mais e melhor também temos que ser realistas e ter os pés bem assentes no chão e temos que verificar que de alguns anos a esta parte as transferências do Governo diminuíram e as receitas também têm vindo a diminuir. Mal seria se cada um de nós viesse aqui prometer mundos e fundos.

Temos que ser realistas. Temos que perceber que a situação económica do País não é famosa. Temos que perceber que há estrangimentos financeiros que temos que respeitar. É com estas realidades que temos que fazer o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Todos nós sabemos que os Orçamentos são um conjunto de intenções a realizar e que poderão ou não ser realizáveis. É nessa perspetiva que dou os parabéns ao Executivo pelo Orçamento realista que nos foi aqui proposto e que cada um de nós irá votar.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Todos nós gostaríamos que por parte da Câmara houvesse mais investimento e mais transferências. Mas não podemos querer que a Câmara se endivida.

Neste Ponto irei exclusivamente referir-me à rubrica da Educação: Congratulo-me com a verba de um milhão cento e sessenta e um mil euros que a Câmara prevê gastar na Educação. Uma percentagem de onze ponto trinta e cinco relativamente ao orçamento geral.

Conhecendo as pessoas que estão a liderar a Câmara Municipal não seria de esperar que não tivessem esse forte investimento na Educação que considero ser prioritário e que considero ser o desígnio da própria Câmara Municipal.

Investir na Educação é investir na qualidade, é investir no progresso, é investir naquilo que temos de melhor no nosso Concelho que são os nossos jovens. Dou os parabéns porque o investimento na Educação nunca é demais.

Atendendo a essas condicionantes que já referi aceito e concordo porque aquilo que está previsto me parece que seja o suficiente.

Não podemos de forma nenhuma limitar que os nossos jovens tenham acesso à Educação. Tudo aquilo que tem sido feito, e bem, ao longo destes últimos quatro anos e por isso pretendo dar os parabéns à Sra. Vereadora da Educação por todo o seu esforço, todo o seu denodo em prol da Educação.

Devemos apostar na Ação Social Escolar. Não devemos deixar que um aluno devido a dificuldades económicas não tenha acesso e que não possa frequentar determinado nível de ensino e portanto uma referência extremamente positiva pelo investimento que vai ser feito ao nível da Ação Social Escolar.

Quero também realçar os Transportes Escolares gratuitos para todos os alunos desde o Pré-escolar até ao 12º Ano. Esta perspetiva de disponibilizarmos gratuitamente os Transportes Escolares a todos os nossos alunos desde o Pré-escolar até ao 12º Ano e vejo que há um investimento de quatrocentos e oitenta e seis mil euros nessa rubrica.

Quero também e dar os parabéns pela atribuição de Bolsas de Estudo no valor de setenta mil euros para os alunos que frequentam o Ensino Superior. Sabemos que há muitas dificuldades e não queremos voltar ao passado. No passado só tinha acesso ao Ensino Superior quem tinha possibilidades. Damos os parabéns ao executivo por permitir que os alunos sem possibilidades financeiras possam ir estudar no Ensino Superior.

Permitam-me falar também relativamente a todo o investimento que tem de ser feito ao nível das infraestruturas do Primeiro Ciclo de responsabilidade da Câmara. Também concordo que haja esse investimento nos espaços das Escolas e dos Jardins para que possamos fazer com que haja espaços mais condignos para os nossos alunos.

Devemos perceber que cada um de nós tem responsabilidade na defesa da Escola Pública e do livre acesso democrático e universal de todos os cidadãos à escola para que nenhum deles possa deixar de frequentar a escola por carências financeiras.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se formos coerentes nestas nossas intervenções devemos dizer que estivemos num projeto que foi sufragado pela população de Oliveira e nesse projeto foi defendido “Tudo pelas Pessoas”.

O cariz Social e a aposta na Educação espelham a coerência com a campanha eleitoral. Essa promessa está aqui bem realizada e por isso votarei a favor este Orçamento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Como representante da Freguesia de Meruge, já estou como diz ali o meu conterrâneo Dr. Luís Lagos, gostava de ter um milhão porque a gente bem sabia onde é que o havia de investir.

Também vou votar favoravelmente este Orçamento porque tem aqui verbas que são importantes para a minha Freguesia como por exemplo os apoios do projeto ATIVOSOCIAIS para a Junta e para a Instituição da Freguesia.

Há aqui verbas que não estão específicas com valores para determinados locais que é o caso do saneamento que eu também espero que algum desse dinheiro também seja para investir em pequenos problemas que temos para resolver em Meruge e em Nogueirinha.

Também resolver a falta de água em Nogueirinha. Penso que se poderia resolver com uma bomba para dar reforço à rede de abastecimento da água.

Esperava que também algumas das verbas do Ensino pudessem vir para a minha Freguesia. Temos lá a escola a funcionar muito bem mas as Professoras já se queixaram que é necessário colocar cortinas nas janelas porque o sol incide diretamente nas crianças e não têm como tapar as janelas e por isso também é necessário alguns pequenos investimentos.

Sofremos um corte nos apoios de duzentos euros para que as crianças do Jardim de Infância se deslocassem todas as semanas ao Agrupamento para terem aulas de expressão dramática. Essa verba deixou de estar contemplada. Não sei porquê? Os País agora dizem que essas aulas já não são gratuitas.

Também referir que parece que os vinte e cinco mil euros para a construção do polidesportivo criam afronta a muita gente. O Dr. Nuno Vilafanha diz que não traz nenhum discurso encomendado mas ponho algumas dúvidas porque isso já era o que se passava nos mandatos anteriores e que se dizia que para Meruge ia tudo e que não ia nada para os outros lados. Se calhar já vinha das mesmas pessoas.

Vinte e cinco mil euros para a construção de um Polidesportivo não vão pôr em causa o Orçamento Municipal. Penso que vinte e cinco mil euros não vão ser suficientes para a construção de um Polidesportivo Descoberto.

Quando andei em campanha eleitoral ninguém me viu oferecer aquilo que não podia fazer. Ou seja, eu não ofereci Gimnodesportivos nem relvados. Não ofereci nada disso. Ofereci um Polidesportivo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Numa cidade em que em cem ou duzentos metros temos vários Polidesportivos porque é que Nogueirinha que está a dois quilómetros não pode ter um Polidesportivo para as crianças praticarem desporto.

Não é por aí que o Orçamento vai ser posto em causa.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Só pretendia relembrar o Sr. Presidente em relação aos compromissos assumidos com os jovens. Aos quais tinha como proposta o incentivo ao Arrendamento Jovem Municipal que no orçamento não sei se está presente, eu não vi!

A criação de um Gabinete de Apoio aos Jovens recém Licenciados de forma a estimular a fixação no Concelho de Oliveira do Hospital. Não sei se este assunto também está referenciado.

E a questão do incentivo à fixação de jovens para a frequência do Ensino Superior. O que é que está a ser feito relativamente a estes compromissos assumidos?

Em relação à questão dos Incentivos à Natalidade. Pergunto se efetivamente houve alterações?

Há uma verba para a requalificação das instalações da ESTGOH mas no entanto também existe no Orçamento cerca de três milhões de euros para as novas instalações. Para percebermos melhor qual será o futuro da ESTGOH?

Em relação ao Turismo, sabemos todos nós que é uma grande aposta nacional e participado com financiamentos comunitários. Não entendo a falta de ambição. O Turismo representa só dois por cento do investimento.

Onde é que está a Agencia para o Desenvolvimento do Vale do Alva, Alvôco e Mondego?

Gostaria que me respondesse se está ativado ou não?

Efetivamente se consideramos estratégico o Turismo no nosso Concelho devíamos ser mais ambiciosos e arregaçar as mangas. Havíamos de fazer mais. Não entendo como é que ao longo da EN17 não existe um *outdoor* a indicar as Praias Fluviais, os Museus, e ao fim e ao cabo, promovendo o que de bom temos no nosso Concelho. A Bobadela, Lourosa. Fala-se muito mas temos que fazer muito mais.

Porque não existe uma verba para a Construção do Museu do Queijo?

Também não vejo verbas para o Museu Cabral Metello que está aqui ao lado e que deve ser mais dinamizado.

Ao fim e ao cabo é tudo uma questão de definirmos prioridades. Efetivamente vejo num Orçamento que estão destinados cerca de novecentos mil euros para um Estaleiro Municipal.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para mim é prioritário investirmos no Turismo de forma a criarmos riqueza no Concelho e para criarmos empregos no Concelho. Tal como a proposta do Dr. Luís Correia para criarmos no Concelho três ou quatro estacionamentos, com um ponto de luz e um ponto de esgotos para as caravanas também faz todo o sentido e não é nenhum investimento muito grande. Certamente que se existe receita para criar oito novos posto de emprego na Câmara Municipal, parte dessa receita pode ser canalizada para outros investimentos criando mais emprego no Concelho.

Efetivamente, Sr. Presidente, concordo com as palavras que estão no documento de apresentação do programa. O documento está muito bem elaborado. A questão da requalificação da Zona Histórica, a questão da requalificação do Parque Industrial. Espero que nos próximos quatro anos consiga concretizar essas obras.

Sou Oliveirense, tenho gosto de ser Oliveirense, sou filho neto e bisneto de Oliveirenses e por isso tenho muito gosto que o meu Concelho seja divulgado e seja reconhecido como um concelho de dinâmica e um Concelho que nos orgulhe a todos nós.

Tenho que vos pedir desculpa porque não estou habituado a falar em público, espero que ao longo desta minha experiência na Assembleia Municipal poder polir o meu desempenho.

Obrigado.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que este Orçamento, que tivemos a oportunidade de receber e de estar aqui a discutir, é um Orçamento realista e baseado nos dinheiros que temos e na disponibilidade financeira e monetária que temos. É um Orçamento que tem que ter naturalmente a nossa aprovação.

Este Orçamento está de acordo com a realidade e com o momento que atualmente vivemos. Infelizmente não há mais dinheiro. Financeiramente estamos constrangidos.

Este Orçamento também mostra uma clara recuperação financeira do Município e mostra um menor endividamento. Mostra uma aposta maior no apoio social. Somos obrigados a apostar cada vez mais no apoio social. Não gostaríamos de apostar tanto mas temos que o fazer porque somos obrigados a isso.

Quanto à Educação quero dar os parabéns à Sra. Vereadora pelo trabalho que tem feito e pelos resultados que tem obtido.

Quanto à Saúde também concordo com o que o meu colega de bancada disse sobre as Extensões de Saúde do Ervedal Beira e de Avô e esperamos que sejam concretizadas.

Quanto à questão do Desenvolvimento Económico: O Concelho de Oliveira do Hospital é um exemplo para o País.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grande parte das Grandes Opções do Plano e do Orçamento apostam no desenvolvimento económico. Esta aposta no desenvolvimento económico era mais do que suficiente para votarmos a favor.

Por outro lado e para finalizar: Assisto aqui a algumas contradições e assisto a discursos de alguma cegueira política ou de alguma ilusão da realidade e não percebo porquê! Houve também aqui discursos de quem naturalmente não está politicamente connosco.

Também ouvimos discursos de pessoas que têm os pés assentes na realidade, percebem o nosso Concelho, percebem bem qual é o futuro e percebem o caminho que temos que percorrer e que pretendemos desenvolver.

Dizer que o caminho para este Orçamento deveria ser o Turismo não me parece adequado.

O nosso voto naturalmente que será favorável a este Orçamento.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas, que fez a seguinte intervenção:

“Vou ser objetiva. Prezo a objetividade.

Quero dizer que gosto muito do ar que respiro neste Concelho e nesta Região.

Sendo uma das grandes bandeiras do Partido Socialista em todas as intervenções que teve nomeadamente na Freguesia de Travanca de Lagos, e assisti a todas elas, e uma das grandes bandeira era exatamente voltar a pôr a funcionar O Lar de Idosos Sarah Beirão de Travanca de Lagos.

Perante o que está nas Grandes Opções do Plano, nomeadamente na página cinco, na verba atribuída para as Obras de conservação, adaptação e modernização do Lar Sarah Beirão, só posso crer que houve falta de zeros. Não acredito no que lá está!

Comparando com outras infraestruturas de Ação Social, nomeadamente o Centro de Emergência Social de Travanca de Lagos, aquisição de mobiliário e equipamento no valor de dois mil e quinhentos euros e obras de conservação e reparação no valor de cinco mil euros. Para o Lar Sarah Beirão, mil euros!...

Vejo que relativamente às Creches na Casa da Criança de Travanca de Lagos para obras de conservação temos mil e quinhentos euros e para Equipamento e Mobiliário outros mil e quinhentos euros.

De facto, gostaria de ser clarificada sobre os critérios.

Para mim o Lar e Centro de Dia são das coisas fundamentais e foi uma das minhas bandeiras, e foi uma das minhas apostas. Foi uma das apostas do Partido Socialista e também foi uma das apostas do PSD. Penso que toda a comunidade se revê no que acabei de dizer.

Gostaria desse esclarecimento se fosse possível.

Muito obrigada.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Carlos Maia, entendo a sua exaltação e reconhecimento que hoje o dia para si não está fácil e eu não o vou complicar. Só lhe vou dizer o seguinte: Eu fui claro naquilo que disse e se há coisa que não me falta é coragem. O Sr. quer que eu diga o quê?...”

O que eu disse, a nível do Desporto, é que só a formação dever ser subsidiada. Quer que lhe diga que tem que ser reduzido? Pois digo-lhe que tem. Já lhe disse isto.

Quanto às atoardas com certeza que não se estava a referir a mim. Certamente que se estava a referir às atoardas que a sua bancada hoje aqui fez questão de pronunciar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A hora já vai tardia mas gostaria de dar algumas respostas aos Senhores Deputados.

Começava por responder ao Nuno Filipe: Eu não disse que o Nuno Filipe era o responsável pela não realização das obras na Av. Dr. Carlos Campos. O que eu disse é que foi uma opção política depois de ter conversado com a Junta de Freguesia. Não tendo recursos para fazer as duas obras ao mesmo tempo a obra da Av. Dr. Carlos Campos ficará para dois mil e quinze porque estou de acordo com os argumentos que foram utilizados nessa reunião com os elementos da Junta de Freguesia.

Sobre a Zona Histórica quero dizer que é um trabalho de quatro anos. Acabei de constituir uma equipe com vários Técnicos para a realização deste trabalho na Zona Histórica. A Coordenadora deste projeto e a responsável por esta equipa será a Arquitecta Alexandra.

Este trabalho não se resume na colocação de uns paralelos e na colocação de um saneamento novo. É necessário fazer um Plano de Pormenor específico para haver candidaturas ao programa JESSICA. Com este programa os proprietários daquelas casas podem elaborar candidaturas para a recuperação das suas casas. Esta obra é uma obra importante e tem que dignificar Oliveira do Hospital porque aquilo que existe ali não é nada.

Também posso anunciar que estamos na reta final da elaboração do PDM.

Sobre a Escola Superior queria que este assunto ficasse claro: O Presidente do Município não é nenhum louco. Os valores que estão inscritos na rubrica da Escola Superior têm uma razão para lá estar.

Quando cheguei a esta casa mandei fazer o projeto para a Escola Superior. A obra estava orçamentada em três milhões e quinhentos mil euros. De seguida procurou-se financiamento no Quadro Comunitário, o problema é que entretanto a Escola Superior entra nesta instabilidade e as coisas complicaram-se.

A obra custa três milhões e quinhentos mil euros e o Município não tem condições financeiras para o fazer sem as participações do Quadro Comunitário e é preciso lutar pelo financiamento. O financiamento também está comprometido devido a esta instabilidade e eu não quero que aconteça a mesma coisa que aconteceu na ACIBEIRA.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também é preciso dizer que foi este Presidente que agarrou no problema da ACIBEIRA e que o está a resolver e que já tem verbas para as obras de recuperação.

Sempre defendi que a Escola Superior deveria ser construída mas só poderemos fazer a Escola Superior se tivermos financiamento. Mas o mais importante neste momento é saber se nós vamos ter Escola Superior.

Acho que somos todos defensores da Escola Superior. Se há alguma coisa que nos une é a Escola Superior, sem dúvida nenhuma, e todos sabemos que ela é fundamental.

Temos que traçar uma estratégia futura para a Escola Superior. Temos feito várias reuniões ainda na segunda-feira estive na Universidade de Coimbra para traçarmos uma estratégia para a Escola Superior, também lá estive a Deputada Patrícia Figueiredo com grandes ideias, é uma jovem com muito valor na área do Planeamento. Também lhe quero agradecer as considerações sobre o Orçamento e quero dizer-lhe que gostei muito das suas ideias novas. Eu sou um homem aberto às ideias novas e todos os contributos que vierem das outras bancadas são necessários e recebê-los-ei de braços abertos.

Ao Francisco Garcia e quanto ao problema dos IC's quero fazer aqui um ponto de situação: Existe uma comissão que este Governo constituiu que se chama Comissão de Obras de Valor Acrescentado que está a funcionar há dois meses sobre a Tutela da Secretaria de Estado das Obras Públicas. Esta Comissão de Obras de Valor Acrescentado está a receber Presidentes de Câmara. Neste momento somos dez Presidentes de Câmara que estaremos na reunião para defender os IC's. Esta comissão vai executar as obras de acordo com as prioridades e por isso estas obras têm que ficar bem posicionadas.

Também o problema do IC é um assunto que nos une só espero que não seja mais uma desilusão e que mais uma vez tenha que ser o Partido Socialista quando chegar ao Governo a acabar o IC. Gostaria muito que fosse este Governo do PSD a fazer esta obra para nós podermos dizer que o IC não foi feito só pelo Governo Socialista. Isso é que seria muito bom.

Temos que começar a olhar para o nosso Concelho como estando integrado numa região. Não podemos querer estar integrados numa região só quando queremos que nos reconheçam a Escola Superior.

Uma das verbas bastante elevadas do próximo Quadro Comunitário é para a eficiência energética. Se o projeto de Oliveira do Hospital concorrer sozinho o projeto é indeferido. Oliveira do Hospital tem que concorrer com um conjunto de Concelhos que estão definidos.

No novo Quadro Comunitário só haverá participação para estradas estruturantes como, por exemplo, estradas para Zonas Industriais que não tenham um digno acesso. Isto está relacionado com as linhas traçadas para o desenvolvimento económico.

A propósito de estratégias para o Concelho quero dizer-vos que temos trabalhos realizados. Um dos homens mais conceituados em Portugal o Augusto Mateus fez um trabalho para a Comunidade Intermunicipal onde neste momento está a ser discutido. Eu vou ser sincero não me revejo no trabalho que foi apresentado em relação a Oliveira do Hospital e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquele trabalho custou oitenta mil euros. Não fomos nós que pagámos, foi a Comunidade Intermunicipal.

No próximo Quadro Comunitário também vai haver uma verba significativa para aplicar na floresta. O projeto para a região vai ser muito importante. A floresta é um assunto que une os dezanove Concelhos que integram a Comunidade e por isso vai ser também um projeto muito grande.

A outra área é a área do imaterial e da inovação e da criação de riqueza.

O modelo de funcionamento deste novo Quadro Comunitário vai ser completamente diferente do modelo de funcionamento do anterior.

Há aqui algumas coisas que me custaram a ouvir. O Dr. Vilafanha disse que não consegue ver neste Orçamento um traço estratégico e não consegue ver para onde é que este Orçamento nos leva.

Também tenho que lhe dizer que acho que fez uma boa intervenção mas acho que terminou mal. Quando o Dr. Vilafanha sentiu necessidade de vir aqui justificar que a intervenção era sua. Eu também acho que a intervenção é sua porque o Dr. Vilafanha também sabe escrever, mas o Dr. Vilafanha é que deve saber o que é que estava a dizer e porque é que as pessoas achavam que a intervenção não era sua.

O Dr. Vilafanha não consegue ver mas as obras para melhoria do território estão cá. Quando alocamos verbas para o saneamento estamos a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Isto está lá no documento se visse com atenção as opções estratégicas estão lá.

Também está no documento a nossa linha para o desenvolvimento económico. Aceito a crítica quanto ao montante da verba alocada porque é muito pequena. Eu aceito a crítica e lido bem com ela.

Mas também é preciso perceber que em qualquer altura o Plano e o Orçamento podem ser retificados. O importante é se não tivesse uma rubrica e se estivesse fechado.

Por exemplo, a rubrica do Lar de Idosos de Travanca esta sinalizada e há todo um trabalho que tem que ser feito em conjunto com a Junta de Freguesia e também com a IPSS de Travanca de Lagos e por isso nós sinalizámos esta rubrica, tal como as obras no Estaleiro Municipal.

Digo-vos que há aqui pessoas que cometeram um erro quando disseram que aquelas obras do Estaleiro Municipal não são importantes.

Meus caros amigos, as obras do Estaleiro Municipal são para podermos dar melhores condições aos nossos trabalhadores. As obras no Estaleiro Municipal são fundamentais para dar qualidade aos nossos trabalhadores. Há aqui responsabilidades do PSD porque este Estaleiro Municipal já devia estar feito e estou a ver se ainda consigo umas verbas do quadro Comunitário para efetuar estas obras. Se a obra do Estaleiro Municipal for financiada a Câmara só gastará quinze por cento do valor da obra é por isso que a rubrica está aberta, para vermos se arranjam uma oportunidade para irmos buscar umas verbas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É preciso perceber que as rubricas que estão abertas e sinalizadas fazem partes de uma estratégia.

A CIM do Pinhal Interior pagou um estudo estratégico para os todos os Concelhos e pagou oitenta mil euros. É um documento estratégico e eu não estou satisfeito com ele porque não responde, na minha opinião, aos anseios do Território.

Dr. Nuno Vilafanha também lhe quero dizer que as opções para Nogueirinha pertencem à Junta de Freguesia e aos seus habitantes. A Junta de Freguesia de Meruge tem reivindicado este Polidesportivo.

Relativamente ao espaço empresarial quero dizer há outras rubricas noutras áreas que estão relacionadas com o desenvolvimento empresarial.

Foi acrescentada a rubrica para fazer o investimento na BLC3. Havia um subsídio de um milhão e quinhentos mil euros para recuperação das instalações porque pela primeira vez houve alguém que se preocupou com aquilo e entretanto houve um acordo com a BLC3 para que o subsídio passe para três vírgula nove milhões de euros e incorpora essas obras. Elas até já estavam adjudicadas por perto de novecentos mil euros.

Também quero aqui fazer um compromisso e quero que isto fique claro eu não influencio a gestão da BLC3. A Câmara é minoritária e não tem nenhum tipo de influência. A BLC3 tem uma administração própria e que não deixa que o Presidente do Município lhe diga o que é que devem fazer.

Temos que perceber o que é que é da responsabilidade da Câmara Municipal.

O mesmo se passa com o Planalto Beirão. Oliveira faz parte do Planalto Beirão, mas não faz parte dos Órgãos de Gestão e por isso a Câmara de Oliveira não manda no Planalto Beirão.

Sobre o IMI quero informar que recebemos uma comparação da autoridade tributária que diz que os prédios avaliados em dois mil e onze e os mesmos prédios avaliados pelas novas avaliações de dois mil e doze baixaram dezasseis mil euros. Isto não é a receita global porque ainda não tenho o número mas também já sei que aumentou.

Não sei se têm consciência que o tempo da instalação empresarial é um tempo extremamente difícil. A primeira coisa que nós temos que fazer é alterar os Regulamentos que temos e que estão completamente obsoletos.

As empresas não caem aqui de paraquedas a Câmara Municipal de Oliveira está nesta corrida juntamente com os trezentos e oito Concelhos do País. Se Oliveira do Hospital andasse sozinha à procura de empresas era uma coisa fácil. No caso das empresas estrangeiras, Oliveira do Hospital concorre ainda com outros organismos e também com as forças políticas e isso também é importante que seja dito. Fala-se em *lobbies* e toda a gente diz que os *lobbies* são maus. Mas os *lobbies* não são maus. Em Bruxelas eles são regulamentados e funcionam declaradamente. Eu acho que nós precisamos de contratar alguém que esteja ligado a estes *lobbies*.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há outro tipo de empresas que nós precisamos de cá instalar. São empresas relativamente pequenas mas que criam postos de trabalho mas, para isso, temos que modificar o Regulamento que temos que está completamente obsoleto. Havia alguém no anterior Executivo que queria sempre aplicar as taxas máximas. Hoje as realidades são diferentes. Hoje nós temos é que oferecer. Dou-vos o exemplo da Azuriberica.

Quando a Azuriberica foi criada eu prometi ao empresário que o ajudava a alcatroar uma parte. Quando vou para executar o que lhe prometi os meus Regulamentos não me deixavam executar essas obras e até hoje não foram feitas. Mas quando os Regulamentos forem feitos cumprirei com a minha palavra.

Nós precisamos que os nossos Regulamentos se tornem mais ativos. Precisamos de ter outra filosofia. Penso que será mais fácil arranjar postos de trabalho se for a Câmara Municipal a construir os pavilhões a expensas próprias para que as empresas quando chegarem cá já tenham os pavilhões prontos e depois a Câmara Municipal cobraria uma renda que seria proporcional com o número de posto de trabalho.

Para termos instalação empresarial no Concelho não basta colocar um anúncio num jornal é preciso muito trabalho.

O Dr. João Ramalhete e o Rui estão neste momento a trabalhar comigo no desenvolvimento económico e na área das empresas porque é preciso primeiro conhecermos as empresas.

Apercebi-me que há aí alguma confusão com o programa dos ATIVOSOCIAIS. Os ATIVOSOCIAIS não são da Câmara Municipal. A Câmara Municipal dá uma participação para que as empresas possam ficar com alguns estagiários e com alguns desempregados e é fundamental alargarmos este programa dos ATIVOSOCIAIS. Esse é o dinheiro mais bem empregue.

Temos que criar uma Associação Empresarial em Oliveira do Hospital porque a Câmara Municipal com este Regulamento não pode dar dinheiro diretamente às empresas tal como fazemos com as Juntas e com as IPSS. Temos que fazer um protocolo com essa Associação Empresarial para podermos participar este projeto junto das empresas.

Ao Dr. Luís Lagos quero dizer que percebo a sua proposta e isto não é dar-lhe razão. Efetivamente, podíamos ter dado ali um sinal mas também é verdade que temos aqui rubricas que podemos transferir facilmente verbas de umas para as outras e que podemos fazer reajustamentos. Eu sabia que se pusesse ali um número de um milhão que ninguém iria falar. Eu também disse que este Plano e Orçamento foi recuado a dois mil e três.

Lançámos um programa de Incentivo à Natalidade que tem tido algum sucesso. Atribuíamos uma verba de setenta e cinco euros no primeiro ano, sessenta euros no segundo ano e cinquenta euros no terceiro ano. Agora entendemos que deveríamos fazer um reajustamento financeiro mas também entendemos que os direitos adquiridos de todas as crianças nascidas até trinta e um de dezembro que deveriam continuar. A partir de janeiro recuámos ligeiramente nos incentivos e as verbas a atribuir serão de sessenta euros no primeiro ano, quarenta euros no segundo ano e trinta euros no terceiro ano.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também fizemos um reajustamento financeiro no desporto sénior onde já cortámos cerca de quarenta por cento.

Eu também sou um homem do desporto e não posso acabar com todo o desporto que há no meu Concelho. Acredito que ainda podemos tirar dez por cento mas se tirar vinte ou trinta por cento os clubes do desporto sénior, dos quais eu me orgulho, caem todos.

Nós podemos tomar essa decisão e dizer que é dinheiro mal empregue mas eu acho que as direções dos clubes têm feito um grande esforço porque têm vindo a sofrer cortes graduais e têm conseguido fazer um bom trabalho. Estes clubes, todos eles, estão com muitas dificuldades: O Sampaense, o Nogueirense, o Lagares da Beira, o Oliveira, o Hóquei em Patins, a Natação, a Ginástica.

Nós somos um concelho rico na diversidade e acho que ninguém quer acabar com tudo na área do Desporto. Podemos ainda fazer um corte de dez por cento, mas eu penso que é o limite, e se passarmos este limite os clubes caem todos.

Eu tenho muito orgulho nos clubes do desporto sénior. Todos eles têm feito um grande trabalho e por isso acho que devíamos continuar com esta diversidade.

Nós vivemos a cultura da subsidiopendência e também já discuti isso com o Prof. Mário Alves. Cada vez que ele discutia um subsídio eu dizia-lhe que foi o Senhor que os habituou. O Senhor já aqui está há vinte anos e foi o Senhor que os habituou a isto. E ele sempre me respondeu que naquela altura ele tinha dinheiro e que eu agora não tenho. É uma resposta inteligente.

Quero dizer ao Senhor Presidente da Junta de Travanca para ficar descansado porque o que interessa é aquilo que está sinalizado e o que lá está não foi nenhum engano. Também quero dar os Parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca porque já se encontrou uma solução para resolver o problema da Junta. Quanto à constituição da Assembleia estamos à espera de um parecer jurídico para resolver também esse problema. O Sr. Prof. António Manuel é o Presidente da Junta foi quem ganhou as eleições e é ele que deve governar Travanca de Lagos.

Não posso deixar de dar um abraço ao meu colega o Prof. Carlos Carvalheira. Quero dizer-lhe que a intervenção que fez me orgulha e certamente que orgulha o seu Pai que foi um grande autarca que passou muitos anos nesta sala.

Quanto ao pessoal era importante dizer o seguinte: O Orçamento de dois mil e treze obrigava as Câmara Municipais a despedirem dois por cento do seu pessoal que representava quatro trabalhadores. A redução tinha que ser feita pela reforma.

Este ano a Câmara Municipal de Oliveira não abriu nenhum concurso se bem que estava previsto no seu mapa de pessoal essa possibilidade. A Câmara Municipal fez zero admissões para o quadro de pessoal. E cessaram vínculo com a Câmara Municipal seis funcionários. Aposentaram-se quatro funcionários e infelizmente dois dos nossos funcionários faleceram. O que quer dizer que a Câmara Municipal poderia ter aberto dois lugares.

Há muita gente que confunde os Planos Ocupacionais com os lugares de quadro.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Herdei esta Câmara Municipal com duzentos e cinto e dois trabalhadores e hoje esta Câmara tem duzentos e dezassete trabalhadores. Houve uma diferença e uma redução de trinta e cinco trabalhadores que corresponde a uma redução percentual de doze por cento.

Quero informar que estes lugares que estão criados no Quadro de Pessoal não quer dizer que se abram os concursos. Porque o próprio Orçamento de Estado para dois mil e catorze diz que as Câmaras Municipais que cumpriram com o rácio dos dois por cento na redução do pessoal, só podem abrir os concursos quando há saída de funcionários. Por exemplo, se se reformarem dois funcionários a Câmara Municipal pode admitir outros dois funcionários.

Esta proposta que está aqui tem uma cabimentação de cinquenta mil euros e não de cento e cinquenta mil porque a Câmara Municipal tem alguns Assistentes Técnicos que entretanto se formaram e equacionamos a hipótese de abrir esses concursos internamente. São pessoas que já cá estão. De qualquer das maneiras, não sei se a Câmara Municipal terá a possibilidade para abrir algum concurso porque tem que cumprir esse princípio de que só em caso de alguém se aposentar ou morrer, como infelizmente já aconteceu, é que pode abrir os concursos. Tivemos a possibilidade de legalmente abrir concurso para duas pessoas mas não o fizemos. Há aí alguns setores que precisam de um reajustamento e isso também está relacionado com as habilitações que entretanto as pessoas têm. Há pessoas que devemos valorizar porque têm Licenciaturas, esforçaram-se e porque têm perfil.

Também criámos neste quadro de Pessoal lugares de Assistentes Técnicos e há aqui a possibilidade de um Assistente Técnico que trabalhou cá sempre e continuamos a fazer aquilo que sempre fizemos. Há aqui um Assistente Técnico que tem um contrato e que eu fui renovando e que vem do tempo do Prof. Mário Alves e que eu penso que é um bom funcionário e que deve voltar independentemente da sua filiação partidária e ele esteve muito ligado ao PSD e à JSD.

Também para bem da verdade gostava de vos dizer a todos, para que não haja dúvidas nenhuma, quantos funcionários é que a Câmara tem. Tirando estes duzentos e dezassete funcionários do quadro a Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tem quarenta e três pessoas com Contrato de Emprego de Inserção, temos um Contrato de Emprego de Inserção com uma pessoa deficiente que está na Biblioteca, temos neste momento nos estágios vinte e nove pessoas e temos no Passaporte Emprego no Impulso Jovem temos nove pessoas. Neste momento temos no total oitenta e duas pessoas.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Convinha era dizer sempre os mesmos números porque às vezes diz números diferentes e depois pode-se começar a ficar com ideias erradas.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2014/2017 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2014, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do n.º 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que acompanham a proposta de orçamento, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção e quatro votos contra.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Volto a dizer aos Senhores Deputados que é necessário assinar os documentos.

Com as reservas que já foram anunciadas na altura própria dou a palavra ao Sr. prof. João Dinis.”

Seguidamente iniciou-se o Período de Intervenção do Público sendo concedida a palavra ao Exmo. Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia muito obrigado.

Em primeiro lugar as Boas Festas e votos de saúde para todos e para todas e também bom trabalho em prol do interesse do Município e em especial da sua população.

Eu bem sei, e tendes razão, muitos de vós já estará a dizer que ainda não nos vimos livres deste “gajo”. Já disseram alguns há vinte anos e vinte e um anos depois voltei e não me chatearia nada de poder voltar daqui a cinquenta anos.

Bem sei que ser eleito é uma coisa. E que não ser eleito é outra coisa completamente diferente. Mas também sei, e disso faço questão, que a luta continua nas novas condições.

Isto também decorre agora dos debates que aqui houve entretanto e reparei, embora já tenha falado com o Sr. presidente da Câmara sobre isto, mas notei que não estava nas GOP's uma obra para Vila Franca da Beira, que agora faz parte da União das Freguesias do Ervedal e de Vila Franca da Beira, uma obras que nos últimos quatro anos lhe foi aberto o caminho e que agora não consta. É a obra da recuperação urbanística daquela zona em frente à capela mortuária. Deu bastante trabalho chegar onde se chegou.

Está para a Junta de Freguesia! Mas é uma obra que não custa menos de quarenta mil euros. Quero depois ver como é que isso vai ser contabilizado em termos das contas da Junta de Freguesia. Mas isso é outra conversa.

Como pensava que era uma obra de execução camarária porque era assim que tínhamos falado quando existia a Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira. Agora não é.

Destaco já aqui que agora vamos ter muita atenção para ver como é que vão ser as contas na Junta de Freguesia. Ou seja, Vila Franca da Beira quando era Junta de Freguesia tinha quarenta e dois mil euros por ano. Não sei se esta obra já vai contar nos quarenta e dois mil euros. Eu pessoalmente digo-lhe já que não estou de acordo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Presidente o que é importante é que a obra se faça. Se me dá essa informação eu da sua parte fico tranquilo. Agora a discussão vai ser feita lá na Junta da União das Freguesias.

Quanto às Eletrificações Rurais e isso já aqui foi respondido mas não posso deixar de referir na forma como nós nos empenhamos para que esse projeto fosse aprovado. O projeto foi aprovado há mais de um ano embora já aqui tenha sido dada essa resposta.

Já agora e a propósito da questão do Regimento quanto à intervenção do publico: Eu considero que não estou aqui a utilizar de um privilégio, enfim, terei alguma legitimidade até porque fui durante algum tempo Presidente de Junta, para além de cidadão também.

Mas, por exemplo, e aproveitando até a época natalícia e a magnanimidade do Sr. Presidente da Mesa e enquanto continuara a ser Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, quero dizer que o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira falou aqui durante nove minutos. E durante oito minutos falou na qualidade de Líder da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista.

Ele não está aqui nesta Assembleia nessa qualidade. Está aqui enquanto Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

Tenha lá paciência....

Incómodo... mas que chatice!

Eu não vim aqui para vos trazer a paz. Eu vim aqui para vos trazer a guerra.

O Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira falou aqui durante nove minutos. E durante oito minutos falou na qualidade de Líder da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista e referiu apenas, e eu estava à espera que ele falasse na questão da renovação da rede de água e esgotos em Vila Franca da Beira. E não falou!

Eu estava à espera que ele falasse aqui na ETAR da Póvoa de São Cosme. Não falou!

Falou apenas na Extensão de Saúde de Ervedal da Beira...”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção do Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, e fez a seguinte intervenção:

“Agradeço que se retire. Está a extravasar a lógica de funcionamento da Assembleia. O Senhor é useiro e vezeiro e já várias vezes o chamei à atenção. Tenha lá paciência. Eu louvarei o esforço. Isto tem regras e não pode estar aqui a interpelar a intervenção dos Deputados. Tenha lá paciência.

Senhor João Dinis, agradecia que o Senhor se retirasse.

Tenho que chamar a GNR?

Não abuse da generosidade da Mesa e desta Assembleia.

Eu percebo que o Senhor tenha alguma necessidade de protagonismo mas não é aqui o local certo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Dr. Paulo Leitão faça o favor de usar da Palavra.”

De seguida usou da Palavra o Exmo. Sr. Dr. Paulo Alexandre Lencastre Leitão, que fez a seguinte intervenção:

“Há vinte e tal anos que estou a fazer cobertura jornalística aqui na Assembleia Municipal e vejo-me hoje na contingência de vir falar aqui publicamente, o que acontece pela primeira vez, tendo em conta as afirmações que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal proferiu em relação à Centro TV tratando-a como “aquela maquina”.

Penso que fica muito mal ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que por acaso até tem interesse num órgão de Comunicação Social, vir aqui falar sobre outro Órgão de Comunicação Social.

Não sei, nem me interessa, quanto é que o Correio da Beira Serra recebe da Câmara ou de outros organismos municipais.

Não sei, nem me interessa, quanto é que recebem do Município os outros Órgão de Comunicação Social com sede ou não no Concelho de Oliveira do Hospital.

O que sei é que, se calhar, digo eu, o Órgão de Comunicação Social do Sr. Presidente da Assembleia Municipal nem sequer deveria receber dinheiro do Município. Isto falando em termos éticos.

Lamento que se tenha referido a um Órgão de Comunicação Social registado na ERC, onde trabalham jornalistas iguais aos outros jornalistas de outros Órgãos de Comunicação Social aqui do Concelho, como “aquela maquina”.

Para esclarecer as dúvidas do Sr. Presidente da Assembleia venho dizer porque é tudo claro. A produtora BKN que é a empresa proprietária da Centro TV, fez um acordo anual com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, tal como tem com outras e com outros organismos, e recebe quatrocentos euros por mês para produzir vídeos de promoção das atividades municipais. Os vídeos são também passados nas diversas plataformas da Centro TV, nomeadamente no *site* e no MEO KANAL como forma de publicidade, não é informação.

Mas já que falamos em publicidade e só para lhe dar um exemplo, fizemos este mês um vídeo para o Município de Góis e cobramos por esse vídeo mil e cem euros. Isto são valores muito abaixo dos praticados no mercado porque deveriam ser valores superiores.

Por isso, este contrato com o Município de Oliveira do Hospital é benéfico para ambas as partes, penso eu.

Quero também salientar em termos informativos que setenta por cento da agenda da informativa da Centro TV é relativa ao Concelho de Oliveira do Hospital, e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sabe-o bem porque também aparece na Centro TV. Tenho pena que não tenha dito antes que não queria aparecer na Centro TV.

Fazemos em média duas a três reportagens por semana referentes ao Concelho de Oliveira do Hospital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O envolvimento de meios técnicos e humanos para produção de vídeos nada tem a ver a escrita de um mero texto.

Fazer televisão exige recolha e tratamento profissional de imagem e som.

Este é um projeto que quis que nascesse em Oliveira do Hospital por acreditar no meu Concelho e também acreditar que o interior merece ter Órgão de Comunicação Social de qualidade.

Acredito que outros Concelhos nos receberiam de braços abertos.

A Centro TV, apesar de ter sede em Oliveira do Hospital, tem produção para toda a Região Centro.

A Centro TV é um projeto que já tem um ano com algum sucesso tendo cerca de dez mil *page views* por dia só no *site* e como tal não pretenda comparar com o Correio da Beira Serra que penso que tem cerca de mil visitas por dia.

Vamos fechar o ano com mais de três vírgula cinco milhões de *page views*. Se quiser eu posso-lhe fornecer os dados.

A Centro TV é um projeto que cumpre com as suas obrigações na Segurança Social e nas Finanças.

A Centro TV já contratou um jovem licenciado de Concelho que colocou no quadro da empresa cumprindo sempre com o pagamento do seu salário.

A Centro TV apesar da tentativa de perseguição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal vai continuar a prosseguir o seu caminho com isenção, rigor e verdade.

Muito bom ano para todos.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Retrato-me quanto à expressão a máquina. Não me retrato quanto a mais nada.

Nada me anima nem nunca me animou, nem contra a Centro TV e muito menos contra o seu representante que acabou de falar.

O que a mim me anima, e foi por aí que comecei esta Assembleia hoje, é opções, e é essa que é a minha função aqui dentro, do Município relativamente à Comunicação Social ou às notícias das suas atividades a que eu chamei de propaganda.

O Boletim Municipal deve ser o órgão para noticiar a vida e a atividade do Município. Não me parece que isso fique muito bem num jornal onde aparece trinta e uma vezes a fotografia do Sr. Presidente da Câmara e cinco ou seis a do Presidente da Assembleia Municipal e por isso eu disse que é um elemento de propaganda e é um culto de personalidade.

Fez bem por aproveitar o momento porque acabou de fazer uma boa publicidade à empresa. Se fosse eu também era capaz de ter feito o mesmo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que eu quis dizer, porque a mim não me anima nada contra a Centro TV. O que eu sei é que esse contrato que foi feito com a Centro TV cujo alcance do custo/benefício não é atingido para a Município custa mais do que os três órgãos de Comunicação Social escrita que estão ali e isso é que para mim é importante e relevante e é isso que me cumpre aqui defender e se possível corrigir.

Todas as outras ilações que o Dr. Paulo Leitão possa ter tirado são legítimas mas estão longe da minha intervenção e do meu reparo.

Comparei com o que se fazia aqui no passado em que os Órgãos de Comunicação Social tinham um determinado valor. Como eu disse, há três grandes órgãos de Comunicação Social em Oliveira, no passado havia quatro, a Centro TV é nova.

No ano de dois mil e doze foram gastos dezoito mil euros em publicidade, em jornais e em Órgão de Comunicação dos quais quinhentos e cinquenta foram para o Correio da Beira Serra, não sei se é legítimo ou se não é legítimo, mas já tinha dado instruções no meu escritório para não faturarem, mas também não vai ser com os quinhentos e cinquenta euros que o Sr. António Lopes e o Beira Serra vão resolver os seus problemas.

Incluindo aquilo que o Senhor deixou nas entrelinhas, que eu sou uma pessoa relativamente atenta, e tenho a noção do que é que aqui estou a fazer. Não me envergonho nada disso porque pôr um jornalista na rua ou reduzir-lhe o ordenado se calhar era mais fácil. Mas não pense que eu tenho medo de enfrentar as dificuldades porque as dificuldades não existem só para os outros também existem para o Presidente da Assembleia Municipal.

Volto-lhe a dizer que o meu problema é aquele que já enumerei. É uma política de transparência dentro desta Câmara Municipal da qual eu também tenho responsabilidades. Apenas e só. Todo o resto não me parece relevante.

Peço desculpa pela referência à maquina. Não foi com objetivo depreciativo mas não custa nada assumir que possa ter sido interpretado dessa forma e como tal peço desculpa apenas e só nessa parte.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia eu quero reiterar aqui um voto de protesto por este triste espetáculo que acabamos de assistir aqui há pouco.

Se calhar é por estas e por outras que já aqui se passaram é que haverá efetivamente a necessidade de mexermos no Regimento.

Não é o Sr. João Dinis nem ninguém que vai condicionar a minha prestação nesta Assembleia Municipal para a qual foi eleito, contrariamente ao Sr. João Dinis.

Não é o Sr. João Dinis que me vai dizer em que qualidade é que eu tenho que estar aqui nesta Assembleia Municipal. Eu estou aqui na qualidade que quiser e que muito bem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entender. Estou eleito como Presidente da Junta da União das Freguesias do Ervedal e Vila Franca da Beira. A partir daí posso estar na qualidade que eu muito bem entender.

O Sr. João Dinis está a confundir as coisas. O Sr. João Dinis tem que entender que quando tiver que falar comigo sobre assuntos das Freguesias temos o sítio próprio para discutirmos e lá iremos estar na segunda-feira com certeza absoluta. Terei todo o gosto em discutir consigo todas essas questões e tudo o que o Senhor entender.

Sr. Presidente da Assembleia espero bem que no futuro isto não volte a acontecer nesta Assembleia Municipal.

O Sr. João Dinis tem que entender as regras da democracia. As regras da democracia dizem que público é público e que Deputados são Deputados.

Se o Sr. João Dinis perdeu a qualidade de Deputado foi porque o povo o quis. Não foi porque eu ordenei ou porque eu quisesse. Foi porque o povo o quis. Ele tem que entender de uma vez por todas que é assim que as coisas funcionam.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Desejava a todos um bom ano novo. Umhas boas saídas de dois mil e treze e boas entradas em dois mil e catorze.”

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo quinze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____